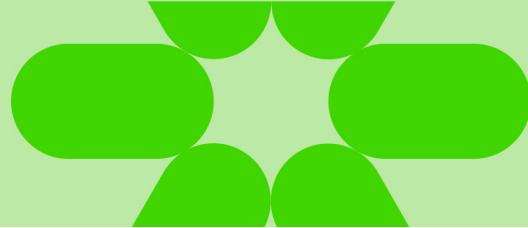




**stone**co

# **Stone Instituição de Pagamento S.A.**

Demonstrações Financeiras de  
30 de junho de 2025  
com Relatório do Auditor Independente

**Índice**

---

Relatório da administração .....	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras .....	2
Balanço patrimonial .....	7
Demonstração do resultado .....	5
Demonstração do resultado abrangente .....	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	11
Demonstração dos fluxos de caixa .....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	13

# Relatório da administração

**Senhores Acionistas,**

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone IP" ou "Companhia") relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

## Mensagem da Administração

Nosso negócio apresentou forte crescimento no primeiro semestre de 2025, acompanhado de uma evolução consistente da rentabilidade. Nosso TPV transacionado, que inclui transações realizadas por cartões e PIX QR Code, atingiu R\$ 269,9 bilhões no semestre, crescendo 10,9% em relação ao ano anterior, enquanto o volume transacionado no nosso core de microempreendedores e PMEs cresceu 14,5% no mesmo semestre.

Além disso, encerramos o semestre com 4,58 milhões de clientes ativos em pagamentos, dos quais 4,51 milhões são representados por clientes do nosso core. Esse resultado reforça nosso posicionamento estratégico e a confiança do mercado nas nossas soluções.

O engajamento dos clientes com nossas soluções continua aumentando consistentemente. O número de contas digitais ativas de *banking* foi de mais de 3,3 milhões no semestre, crescendo 22,9% em relação ao primeiro semestre de 2024.

Acreditamos que estamos bem-posicionados para executar nossa estratégia, e continuar crescendo com evolução da margem. Continuamos comprometidos em ajudar nossos lojistas com as diversas necessidades que eles têm, ajudando-os a serem mais produtivos e venderem mais.

A Administração.



**Shape the future  
with confidence**

São Paulo Corporate Tower  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909  
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição  
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000  
[ey.com.br](http://ey.com.br)

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Acionistas da  
**Stone Instituição de Pagamento S.A.**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Stone Instituição de Pagamento S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Stone Instituição de Pagamento S.A. em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Apresentação dos valores comparativos**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº2 às demonstrações financeiras, a qual descreve que as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



Shape the future  
with confidence

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### Reconhecimento das receitas operacionais e registro dos valores de contas a receber de emissores

Conforme divulgado nas notas explicativas nº3.4, nº 6.2 e nº 20, as principais receitas operacionais da Companhia são decorrentes, principalmente: (i) da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, as quais são apropriadas ao resultado da Companhia, líquidas de taxas de repasse aos bancos emissores e às bandeiras, na data do processamento das transações, (ii) das rendas de aluguel de equipamentos, representadas pelo montante recebidos dos estabelecimentos credenciados ao sistema da Companhia, a título de aluguel, pela disponibilização dos equipamentos de captura das transações com cartões e (iii) das rendas pelas antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados, mensuradas pela diferença entre o valor original a pagar aos estabelecimentos e o valor efetivamente antecipado. Em 30 de junho de 2025, a receita líquida de serviços de transações de pagamentos e outros serviços totalizou R\$ 1.082.497 mil, a receita líquida de aluguel de equipamentos totalizou R\$ 230.882 mil e a receita líquida por antecipações de obrigações de transações de pagamentos totalizou R\$ 987.408 mil. O saldo de contas a receber de emissores totalizou R\$ 33.374.908 mil. Em razão da relevância do reconhecimento de receitas operacionais e registro dos valores de contas a receber de emissores, consideramos essa área como principal assunto de auditoria.

### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os seguintes procedimentos: (i) testes documentais relacionados ao processo de registro e monitoramento dos saldos de balanços patrimoniais e de resultado relacionados às transações incorridas (captura, autorização, processamento, serviços de liquidação fornecidos pelas redes do sistema de pagamento e emissores de cartões, pré-pagamentos ao clientes de seus recebíveis parcelados e do resultado apurado com as antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados) levando em consideração aspectos de relevância e imprevisibilidade em nossa amostragem; (ii) testes de valorização do montante da receita a ser reconhecida como um percentual do valor total da transação; (iii) testes documentais relacionados ao processo de registro da receita de aluguel de equipamentos (valorização, liquidação e contabilização); e (iv) a avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras, incluídas nas notas explicativas nº3.4, nº 6.2 e nº 20.



Shape the future  
with confidence

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento das receitas operacionais e registro dos valores de contas a receber de emissores, que está consistente com a avaliação da , consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como a respectiva divulgação das notas explicativas nº 6.2 e nº 20, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



Shape the future  
with confidence

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Shape the future  
with confidence

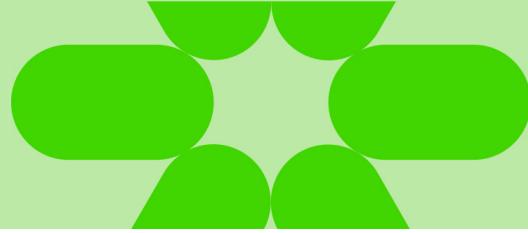
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de agosto de 2025.

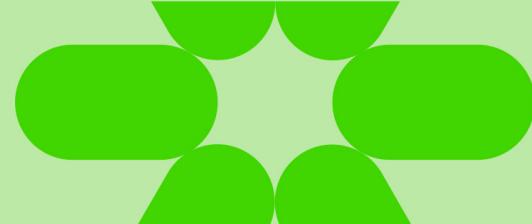
ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC-SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Wanderley Fernandes de Carvalho Neto".

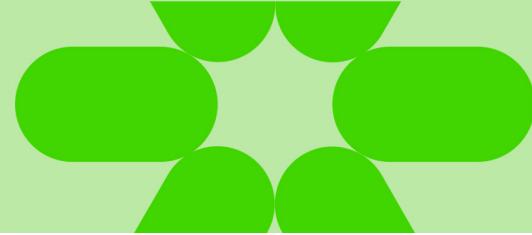
Wanderley Fernandes de Carvalho Neto  
Contador CRC-SP300534/O



	Nota	30/06/2025
<b>Ativo</b>		
Disponibilidades	4	2.950.270
<b>Ativos financeiros</b>		
<b>Ao custo amortizado</b>		<b>39.829.333</b>
Depósitos no Banco Central	7	3.676.877
Contas a receber de emissores	6.2.1.1	33.374.908
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão	6.2.1.1	2.650.743
Rendas a receber	6.2.2.1	227.798
(-) Provisão para perda esperada	6.2.3	(135.190)
Dividendos a receber		1.337
Outros ativos	8	32.860
<b>Ao valor justo por meio do resultado</b>		<b>27.810.658</b>
Títulos e valores mobiliários	5.1	27.810.557
Instrumentos financeiros derivativos	5.2.3	101
<b>Ativos não financeiros</b>		<b>5.215.420</b>
Despesas antecipadas	9.2	226.836
Ativos fiscais	10.1	1.270.282
Outros ativos	8	67.406
Investimentos	11.2	2.183.359
Imobilizado	12.2	1.391.165
Intangível	13.2	76.372
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>75.805.681</b>

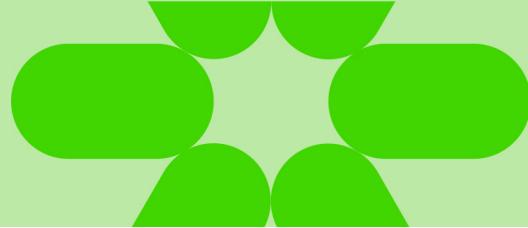


	Nota	30/06/2025
<b>Passivo</b>		
<b>Passivos financeiros</b>		
<b>Ao custo amortizado</b>		<b>71.899.293</b>
Depósitos	7	3.168.726
Obrigações vinculadas a cessão	6.2.5	2.597.387
Obrigações vinculadas a sub-rogação	31	24.946.360
Valores a repassar a estabelecimentos	15.2	18.623.611
Obrigações por empréstimos	14	22.101.699
Passivos de arrendamento		16.881
Dividendos a pagar		5.317
Outros passivos financeiros	18	439.312
<b>Ao valor justo por meio do resultado</b>		<b>159.922</b>
Instrumentos financeiros derivativos	5.2.3	159.922
<b>Passivos não financeiros</b>		<b>946.375</b>
Obrigações fiscais	16	383.730
Provisão para contingências	17.2	113.817
Outros passivos	18	448.828
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>2.800.091</b>
Capital social	19.2	1.389.445
Reserva de capital	19.3	669.485
Reserva legal	19.4	91.473
Reserva de lucros	19.5	750.170
Outros resultados abrangentes	19.6	(100.482)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>75.805.681</b>

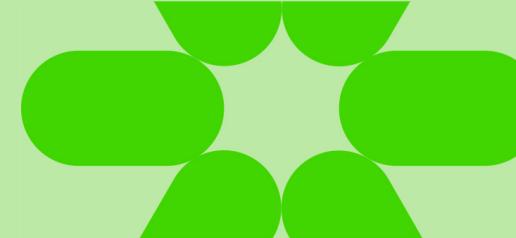


	Nota	Semestre findo em 30/06/2025
<b>Receitas operacionais</b>	20	<b>2.300.787</b>
Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços		1.082.497
Receita líquida de aluguel de equipamentos		230.882
Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento		987.408
<b>Resultado da provisão de perda esperada de ativos financeiros</b>	6.2.3	<b>(31.189)</b>
Despesa de provisão para perda esperada de transações de pagamento		(9.432)
Despesa de provisão para outras perdas esperadas		(21.757)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>690.448</b>
Resultado de depósitos no Banco Central e títulos e valores mobiliários	21	2.969.954
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(84.520)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	22	(1.317.422)
Despesas com operações de empréstimos	14.1	(877.564)
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(2.609.140)</b>
Custo dos serviços prestados	23	(958.077)
Despesas de pessoal	24	(808.621)
Despesas administrativas	25	(370.226)
Depreciação e amortização	11/12/13	(237.198)
Despesas com provisões	26	(40.004)
Outras receitas operacionais	27	35.488
Outras despesas operacionais	28	(230.503)
<b>Resultado operacional</b>		<b>350.906</b>
Resultado de participação em controladas	11.2	169.970
Resultado não operacional	29	36.709
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<b>557.585</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	10.2	<b>(79.506)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(48.313)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(31.193)
Participações no lucro		(44.360)
<b>Lucro líquido do semestre</b>		<b>433.719</b>
<b>Lucro líquido por ação (R\$)</b>		<b>0,64</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Semestre findo em 30/06/2025	
<b>Lucro líquido do semestre</b>	<b>433.719</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>30.438</b>
<b>Itens que serão reclassificados para o resultado</b>	<b>30.438</b>
Ganho não realizado de hedge de fluxo de caixa	46.119
Efeito tributário sobre item acima	(15.681)
<b>Resultado abrangente do semestre</b>	<b>464.157</b>



	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucro (prejuízo) acumulado	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>1.389.445</b>	<b>628.553</b>	<b>73.179</b>	<b>402.585</b>	<b>(130.920)</b>	<b>—</b>	<b>2.362.842</b>
Efeitos da adoção inicial da Resolução BCB nº 352/23	19.1	—	—	—	—	—	(67.840)	(67.840)
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2025</b>		<b>1.389.445</b>	<b>628.553</b>	<b>73.179</b>	<b>402.585</b>	<b>(130.920)</b>	<b>(67.840)</b>	<b>2.295.002</b>
Pagamento baseado em ações	19.3	—	31.963	—	—	—	—	31.963
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas	19.3	—	8.969	—	—	—	—	8.969
Ganho não realizado de hedge de fluxo de caixa, líquido de impostos		—	—	—	—	30.438	—	30.438
Lucro líquido do semestre		—	—	—	—	—	433.719	433.719
Reserva legal	19.4	—	—	18.294	—	—	(18.294)	—
Reserva de lucros	19.5	—	—	—	347.585	—	(347.585)	—
<b>Saldos em 30 de junho de 2025</b>		<b>1.389.445</b>	<b>669.485</b>	<b>91.473</b>	<b>750.170</b>	<b>(100.482)</b>	<b>—</b>	<b>2.800.091</b>

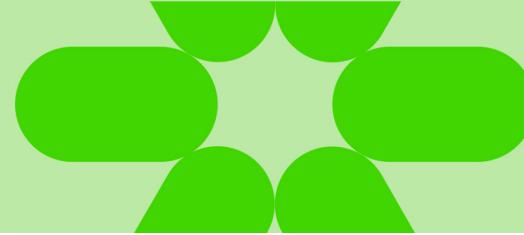
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## STONE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa

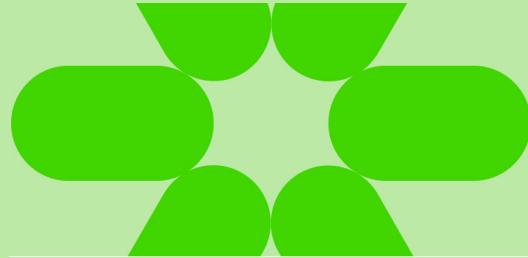
Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)



	Nota	Semestre findo em 30/06/2025
<b>Lucro líquido do semestre</b>		<b>433.719</b>
<b>Ajustes ao lucro líquido:</b>		<b>1.056.100</b>
Depreciação e amortização	11/12/13	237.194
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.3	31.193
Resultado de participação em controladas	11.2	(169.970)
Receitas financeiras, líquidas		1.147.291
Provisão para contingências	17.2	42.907
Constituição (reversão) provisão para perda esperada	6.2.2	31.189
Reversão (provisão) para perdas operacionais	26	(2.903)
Perda na baixa e alienação de bens	30.1	(19.394)
Variação Cambial, líquida		(164.884)
Pagamento baseado em ações		31.963
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(286.193)
Variação cambial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		177.707
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		<b>(14.259.256)</b>
Depósitos no Banco Central		6.244.555
Títulos e valores mobiliários		(14.683.575)
Instrumentos financeiros derivativos		69.176
Contas a receber de emissores		(5.812.101)
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão		166.728
Rendas a receber		(58.216)
Pagamentos relativos a provisões para contingências		(29.465)
Despesas antecipadas		(46.257)
Outros ativos financeiros		(4.103)
Outros ativos fiscais		63.570
Outros ativos não financeiros		(24.864)
Depósitos		(6.326.943)
Valores a repassar a estabelecimentos		(2.696.101)
Obrigações fiscais		(28.021)
Obrigações vinculadas a cessão		29.247
Obrigações vinculadas a sub-rogação		10.042.025
Juros pagos		(768.921)
Juros com cessão de recebíveis		(1.317.422)
Juros recebidos		1.052.299
Imposto de renda e contribuição social pagos		(57.769)
Outros passivos financeiros		(3.106)
Outros passivos não financeiros		(69.992)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>		<b>(12.769.437)</b>
Aquisição de imobilizado	30.1	(806.833)
Valor recebido pela venda de imobilizado	30.1	43.936
Aquisição de ativos intangíveis	30.1	(25.118)
Redução (aumento) de capital em subsidiária	11	(32.356)
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>		<b>(820.371)</b>
Captação de empréstimos	14	26.672.872
Pagamento de empréstimos	14	(13.328.546)
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>		<b>13.344.326</b>
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa		3.288
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(242.194)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		3.192.464
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	2.950.270
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(242.194)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



## 1. Contexto operacional

A Stone Instituição de Pagamento S.A. (“Companhia” ou “Stone IP”) com sede em São Paulo, Av. Rebouças, nº 2880, 4º andar, sala 3, CEP 05402-500, foi constituída em 01 de junho de 2012. A Companhia tem como atividade principal a prestação de serviços para aceitação de cartões de crédito e débito em estabelecimentos comerciais e seu modelo de negócio compreende o credenciamento, instalação e manutenção de terminais eletrônicos para a captura, processamento, transmissão e liquidação financeira das transações com cartões de crédito e débito dos instituidores dos arranjos. A Stone IP também atua efetuando pré-pagamentos de transações com cartões aos estabelecimentos credenciados sobre transações já capturadas e processadas.

A Stone IP obteve, em 3 de julho de 2017, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), e em 24 de abril de 2019 recebeu autorização para atuar como emissora de moeda eletrônica. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (“SPB”), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”).

De acordo com Resolução BCB nº 2/20 e alterações Resolução BCB nº 367/24, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devem preparar suas demonstrações contábeis, seguindo critérios e procedimentos mencionados nestes normativos, que tratam da divulgação de demonstrações contábeis intermediárias, semestrais e anuais, bem como de seu conteúdo que inclui os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações de patrimônio líquido, as notas explicativas e a divulgação de informações sobre os resultados não recorrentes.

Em 23 de novembro de 2023, o BACEN publicou a Resolução BCB nº 352/23, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, a qual define critérios específicos para reconhecimento, mensuração e provisão de risco de crédito para instrumentos financeiros, trazendo os conceitos básicos da norma internacional IFRS 9 e da norma brasileira CPC 48.

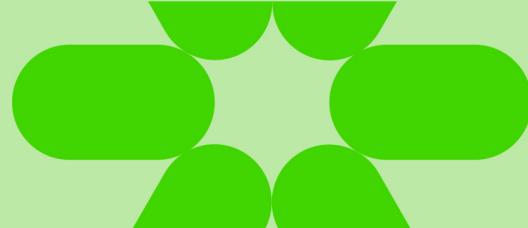
Os critérios contábeis oriundos desta resolução foram aplicados prospectivamente a partir de sua vigência, e seus efeitos de ajustes decorrente das mudanças de metodologia de critérios contábeis foram registrados em contrapartida aos Lucros e Prejuízos acumulados, por seu saldo líquido de efeitos tributários.

Conforme as diretrizes do artigo 102 da Resolução BCB nº 352/23, não serão apresentadas informações para fins comparativos nas demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 15 de agosto de 2025.

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.



### 3. Principais políticas contábeis

Para o semestre findo em 30 de junho de 2025, as alterações significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia estão relacionadas à adoção da Resolução BCB nº 352/23, os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

#### 3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

##### 3.1.1 Ativos financeiros

###### 3.1.1.1 Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia mensura seus instrumentos financeiros pelo preço da transação ou ao seu valor justo, os custos de transação são atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação dos ativos são acrescidos (exceto para os mensurados ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

###### 3.1.1.2 Classificação dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- Custo amortizado ("CA"): quando o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"): quando o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro, com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- Valor justo por meio do resultado ("VJR"): utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

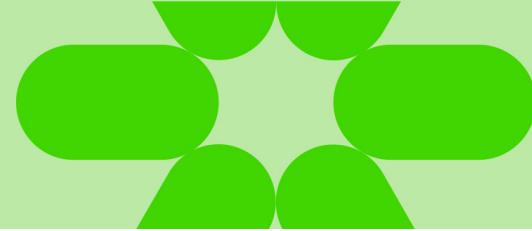
A categoria depende do modelo de negócios no qual os ativos financeiros são administrados e das características de seus fluxos de caixa.

O modelo de negócio é um documento formalizado pela Companhia que representa a forma como é efetuada a gestão conjunta dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual, mas sim da forma como determinados grupos de ativos financeiros são geridos em conjunto para atingir um objetivo específico, considerando todas as informações relevantes.

O Modelo de Negócio é um documento formal que descreve como a Companhia gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. Ele reflete a gestão conjunta de grupos de ativos para alcançar um objetivo específico, independentemente da intenção sobre um instrumento individual.

Para que um contrato seja alocado em uma categoria de mensuração que não seja a de "Valor Justo por meio do Resultado", ele deve ser aprovado no Teste de SPPJ (Somente Pagamento de Principal e Juros). Esse teste avalia se os fluxos de caixa de um ativo financeiro se limitam a pagamentos de principal e juros.

A aprovação no teste depende das características e termos contratuais do ativo. Caso os fluxos de caixa não representem exclusivamente pagamentos de principal e juros, o ativo não passa no teste e, independentemente do modelo de negócio, sua mensuração é restrita à categoria de Valor Justo no Resultado (VJR).



A Companhia realizou análise de suas carteiras, com o objetivo de identificar os modelos de negócios existentes, bem como as características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos financeiros.

### **3.1.2. Passivos financeiros**

#### **3.1.2.1 Reconhecimento inicial e mensuração**

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo no resultado, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme o caso.

Os passivos financeiros para negociação reconhecidos pela Companhia são os instrumentos financeiros derivativos que são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas alterações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

#### **3.1.2.2 Mensuração subsequente**

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

#### **3.1.2.3 Passivos financeiros ao VJR**

Os passivos financeiros ao valor justo no resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação ou designados no reconhecimento inicial como ao VJR, conforme abaixo:

- a) Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- b) Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- c) Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa;
- d) Garantia financeira: maior entre provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica;
- e) Contratos híbridos.

Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são classificados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 forem atendidos, considerando as devidas adaptações da Resolução BCB nº 352/23.

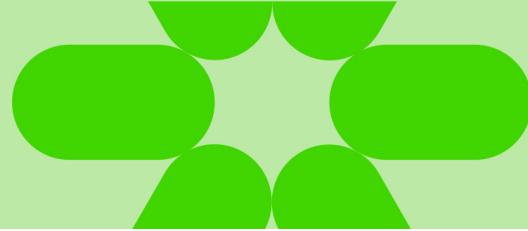
#### **3.1.2.4 Passivos financeiros ao custo amortizado**

Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros classificados nesta categoria são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. A amortização pelo método da taxa efetiva de juros é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

#### **3.1.2.5 Mensuração do valor justo**

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.



A mensuração dos valores justos de ativos financeiros e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor líquido presente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado, e modelos de avaliação. A Companhia utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, conforme determinado em política interna ou manual de marcação da Companhia, levando em consideração dados observáveis no mercado. Para instrumentos financeiros mais complexos, a Companhia utiliza modelos exclusivos, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos no mercado, conforme determinado em política ou manual demarcação. Alguns ou todos os dados inseridos nesses modelos podem não ser observáveis no mercado, e são derivados de preços ou taxas de mercado ou são estimados com base em premissas.

Os ajustes de avaliação são registrados para levar em conta, considerando principalmente, os riscos dos modelos, as diferenças entre o valor contábil e o valor presente atualizado, os riscos de liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

### 3.1.3 Taxa efetiva de juros

A Resolução BCB nº 352/23 estabelece, dentre outros, os requerimentos para apropriação de receita e encargos. Segundo a normativa, as receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, pro rata temporis, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, que deve ser determinada pela taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

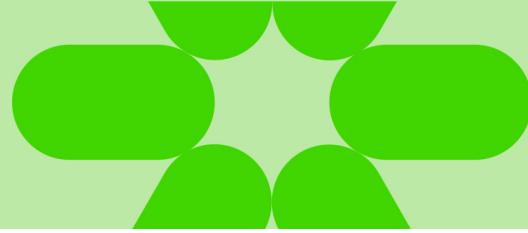
Em outras palavras, a taxa efetiva de juros reflete a taxa contratual acrescida dos custos e receitas de transação- ligadas a aquisição, originação ou emissão do instrumento financeiro e que possam ser apurados e controlados de forma individual, sem uso de rateio, durante todo o prazo do instrumento - que serão apropriados ao longo do tempo da operação.

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes utilizam o método de juros efetivos para calcular a receita ou despesa de juros, considerando aspectos de materialidade dos custos de transação na originação. Não identificamos receitas e despesas atribuíveis diretamente à aquisição, à originação ou à emissão do instrumento ou outros custos incrementais, assim considerados os custos nos quais a Companhia não incorreria caso não tivesse adquirido, originado ou emitido o instrumento financeiro, sendo assim, a própria taxa da operação é a taxa efetiva de juros.

### 3.1.4 Operações renegociadas e/ou reestruturadas

A Resolução BCB nº 352/23 apresenta os seguintes conceitos em relação a reestruturações e renegociações:

**Renegociação:** acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.



Os instrumentos financeiros renegociados, inclusive os reestruturados, abrangendo:

- a) o montante dos instrumentos financeiros baixados e dos novos instrumentos reconhecidos, segregados por classe, em virtude da renegociação não caracterizada como reestruturação de instrumentos financeiros;
- b) o percentual dos ativos financeiros reestruturados em relação ao total de instrumentos financeiros renegociados, incluindo os reestruturados; e
- c) o ganho ou a perda líquida reconhecida quando da reestruturação.

No caso de renegociação de instrumentos financeiros não caracterizada como reestruturação, o instrumento financeiro deve ser reavaliado para que passe a representar o valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições contratuais renegociadas.

Reestruturação: renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração;

No caso de reestruturação de ativos financeiros, o valor contábil bruto do instrumento deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada. Ao valor contábil bruto do ativo financeiro reestruturado devem ser acrescidos os custos de transação e deduzidos eventuais valores recebidos na reestruturação do instrumento. A diferença resultante da reavaliação mencionada no caput deve ser reconhecida no resultado do período em que ocorrer a reestruturação.

Atualmente a Companhia não possui custos ou receitas adicionais quando da reestruturação de um contrato.

### **3.1.5 Provisão para perdas esperadas de ativos financeiros**

A Companhia realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela metodologia completa, de acordo com os critérios da Resolução BCB nº 352/23.

A provisão para perdas esperadas, deve respeitar os mínimos dispostos pelo normativo, que estabelece que os instrumentos financeiros devem ser classificados em carteiras de C1 a C5 – de acordo com as características da operação de crédito e garantias prestada, considerando o aumento significativo do risco de crédito.

A Resolução BCB nº 352/23, define que as operações devem ser classificadas nos estágios 1, 2 e 3, sendo a métrica de alocação em cada estágio seguindo:

Estágio 1: Operações em curso normal - quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, a Companhia reconhece uma provisão baseada em uma perda esperada para os próximos 12 meses. Aplicável aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito.

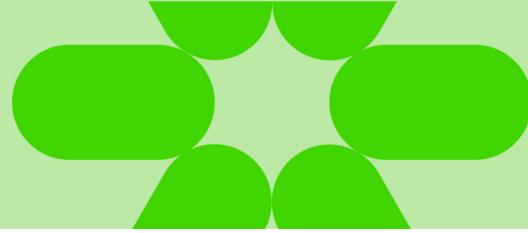
Estágio 2: Operações com aumento significativo no risco de crédito. Aplicável quando há atraso superior a 30 dias no pagamento, ou instrumento com aumento de risco baseado na comparação da Probabilidade de Default ("PD") inicial e a PD corrente.

Um instrumento financeiro migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir.

Estágio 3: Operações com atraso superior a 90 dias ou classificadas como ativo problemático, conforme indicadores qualitativos de deterioração na qualidade de crédito, como reestruturação ou processo de recuperação judicial.

São classificados neste estágio: os ativos financeiros inadimplidos (mais de 90 dias de atraso), aqueles que tenham indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais e os ativos financeiros reestruturados.

Estes instrumentos têm seu reconhecimento de receitas suspenso (*stop-accrual*), sendo contabilizadas apenas no seu recebimento, pelo regime de caixa. Essa abordagem também se aplica a possíveis ganhos obtidos nas reestruturações.



Além disto, para ativos inadimplidos (atraso maior que 90 dias) que fazem parte do estágio 3, é constituída provisão para perdas incorridas, como um componente da provisão para perdas esperadas. Essa provisão é calculada com base em percentuais, de acordo com as carteiras (C1 à C5) e as faixas de atraso estipuladas na Resolução BCB nº 352/23.

Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco (cura), resultando no retorno do reconhecimento de receitas (accrual) para os instrumentos do estágio 3 e reversões de provisão.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação.

No caso de recuperações subsequentes ou reestruturações de ativos financeiros previamente baixados, os valores recuperados são creditados na demonstração do resultado até o limite do valor baixado anteriormente. Os ativos são então alocados no terceiro estágio, com provisão para perdas esperadas igual a totalidade do valor do instrumento.

Os ganhos provenientes da reestruturação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos, independentemente de serem operações ativas ou recuperadas de prejuízo.

### **3.1.6 Ativo problemático e Stop accrual**

A Resolução BCB nº 352/23 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Além disso, a referida resolução, no Art.17, proíbe o reconhecimento, no resultado do semestre, de qualquer receita ainda não recebida relacionada a ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, em um procedimento conhecido como *Stop Accrual*.

### **3.1.7 Metodologia de perda esperada**

A Companhia adota a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23. A metodologia é baseada nos parâmetros PD (Probabilidade de Inadimplência), LGD (Perda Dada a Inadimplência) e EAD (Exposição na Inadimplência), CCF (fator de conversão de crédito) e *Forward Looking*, fator este que ajusta a PD em função de variáveis e cenários macroeconômicos. O parâmetro PD, para operações em estágio 2, é ajustado ao prazo da operação, sendo denominado PD Lifetime.

### **3.1.8 Baixa do ativo financeiro**

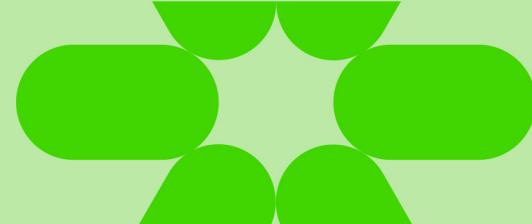
As operações serão baixadas para prejuízo se estiverem classificadas como Estágio 3 e não houver expectativa de sua recuperação.

De acordo com estudos internos a Companhia, definiu a baixa para o write-off (período de reconhecimento de não-recuperação do valor) para cada caso de cliente marcado como problemático.

## **3.2 Instrumentos financeiros derivativos**

Conforme estabelecido na Resolução BCB nº 352/23, as novas regras para contabilidade de hedge, somente serão implementadas em 2027. Desta forma, a Companhia realizou somente estudos de diagnóstico de impactos técnicos sobre essas estruturas de proteção.

A Companhia está em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02, até a entrada das novas regras de hedge em 2027.



### 3.3 Mensuração de arrendamentos - convergência ao IFRS 16

Em 1º de janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução BCB nº 178/22 com alterações através da Resolução BCB nº 391/24 que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas instituições de pagamentos.

Na adoção dessa norma, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento, seguindo os princípios do IFRS 16 - Arrendamentos.

Estão sendo utilizadas também as seguintes isenções de reconhecimento:

- A contabilização de arrendamentos com um prazo remanescente de menos de 12 meses como arrendamentos de curto prazo;
- A contabilização de arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor.

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia.

O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data. Os pagamentos do arrendamento são descontados, utilizando a taxa de juros incremental sobre empréstimo do arrendatário.

A adoção da norma foi prospectiva, e a Companhia não detectou impactos relevantes em 30 de junho de 2025.

### 3.4 Apuração do resultado

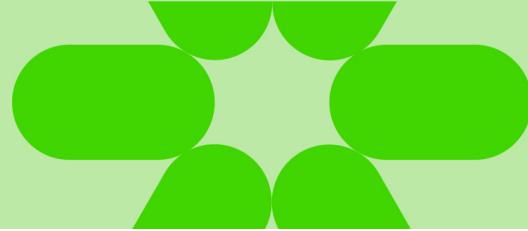
#### 3.4.1 Receitas operacionais

As receitas operacionais são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, apurada em conformidade com o regime de competência e apresentada líquida de cancelamentos, descontos comerciais e outras deduções similares, assim como líquida dos impostos diretamente incidentes. Estão assim representadas na demonstração do resultado:

- “Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços”: refere-se à captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, sendo apropriadas ao resultado da Companhia, líquida das taxas de repasse aos bancos emissores e às bandeiras, na data do processamento das transações;
- “Receita líquida de aluguel de equipamentos”: refere-se às rendas de aluguel de equipamentos, representadas pelo montante recebido dos estabelecimentos credenciados ao sistema da Stone IP, a título de aluguel, pela disponibilização dos equipamentos de captura das transações com cartões. A receita é contabilizada de forma linear no mês de competência do aluguel; e
- “Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento”: refere-se às rendas pelas antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados, mensuradas pela diferença entre o valor original a pagar aos estabelecimentos e o valor efetivamente antecipado.

#### 3.4.2 Resultado bruto da intermediação financeira

- “Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários”: receita de juros e ganhos ou perdas provenientes da marcação a mercado das aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários;
- “Resultado com instrumentos financeiros derivativos”: ganhos e perdas relacionados às operações de hedge de risco de mercado, e à parcela inefetiva das operações de hedge de fluxo de caixa;
- “Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros”: registro das despesas relativas às obrigações assumidas em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros que não foram baixados, integral ou proporcionalmente, apropriadas pela taxa efetiva da operação em função do prazo remanescente;
- “Despesas com operações de empréstimos”: despesa de juros incorridos das obrigações por empréstimos assumidas pela Companhia.



### 3.5 Custos para obtenção dos contratos

A Companhia incorre em certos custos para obtenção dos contratos que são capitalizados no início da transação. O custo compreende principalmente comissões aos vendedores para obter um contrato e custos logísticos para cumprir um contrato. O ativo reconhecido é amortizado linearmente durante a vida esperada dos estabelecimentos. O prazo de amortização são 28 meses para os clientes Stone e 15 meses para os clientes TON.

### 3.6 Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No semestre findo em 30 de junho de 2025 não houve resultado classificado como não recorrente.

### 3.7 Impactos da adoção inicial da Resolução BCB nº 352/23

	Nota	31/12/2024	Adoção Res. BCB nº 352/23	01/01/2025
<b>Ativo</b>				
<b>Ativos financeiros</b>				
(-) Provisão para perda esperada	6.2.3	(39.719)	(64.282)	(104.001)
Títulos e valores mobiliários	5.1	13.159.030	(32.048)	13.126.982
<b>Ativos não financeiros</b>				
Ativos fiscais	10.4	725.097	32.752	757.849
Investimentos	11.2	1.977.880	(4.262)	1.973.618
<b>Total de impacto no ativo</b>		<b>15.822.288</b>	<b>(67.840)</b>	<b>15.754.448</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Lucro (prejuízo) acumulado	19.1	—	(67.840)	(67.840)
<b>Total de impacto no patrimônio líquido</b>		<b>—</b>	<b>(67.840)</b>	<b>(67.840)</b>

### 3.8 Normas e interpretações que entrarão em vigor a partir de ou após 1º de janeiro de 2026.

Adoção pela Resolução BCB nº 352/23:

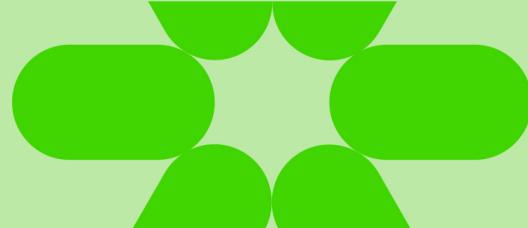
Art.95-A: Fica facultado até 31 de dezembro de 2026 o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, art.22 Renegociação e Reestruturação.

Art.98: Operações de hedge, serão reclassificadas a partir de 1º de janeiro de 2027, para as novas categorias:

- Hedge de valor justo, quando destinados à proteção da exposição a alterações no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme não reconhecido;
- Hedge de fluxo de caixa, quando destinados à proteção da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável, ou ao risco de moeda estrangeira;
- Hedge de um investimento líquido em uma operação no exterior.

Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Adoção pela Resolução BCB nº 435/24 - Pronunciamento de Sustentabilidade – CBPS quanto à divulgação, como parte integrante das demonstrações financeiras, do relatório de informações financeiras relacionadas à Sustentabilidade – CBPS 01 e CBPS 02, sendo a obrigatoriedade de divulgação a partir do exercício de 2028. O Conglomerado Prudencial está avaliando os impactos para atendimento desta norma.



#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

##### 4.1 Políticas contábeis

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

##### 4.2 Saldos

	30/06/2025
Disponibilidades - em moeda nacional	2.942.156
Disponibilidades - em moeda estrangeira	8.114
	<b>2.950.270</b>

#### 5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

A política contábil sobre ativos e passivos financeiros está apresentada na Nota 3.1.

##### 5.1 Composição e classificação da carteira de títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria estão classificados como:

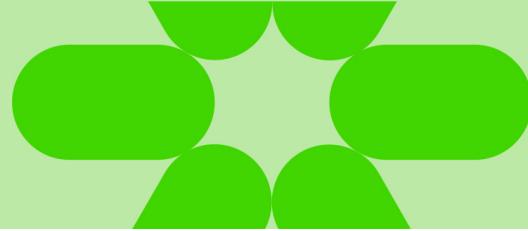
	30/06/2025
<b>Valor justo no resultado (VJR)</b>	<b>27.810.557</b>
<b>Títulos públicos</b>	<b>2.672</b>
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	2.672
<b>Cotas de fundos de investimento</b>	<b>27.807.885</b>
FIDC TAPSO <sup>(a)</sup>	26.510.594
FIDC SOMA III <sup>(b)</sup>	1.101.553
FIDC ACR I <sup>(c)</sup>	195.739

As aplicações em cotas de fundos de investimento referem-se a fundos de investimento em direitos creditórios ("FIDCs" ou, coletivamente "FIDCs"). Os FIDCs são administrados e custodiados pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e pelo Banco Genial S.A.

(a) O TAPSO Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC TAPSO") iniciou suas atividades em 29 de dezembro de 2016, com o objetivo de antecipar a carteira de recebíveis provenientes das transações a crédito realizadas pelos estabelecimentos comerciais. O FIDC TAPSO pertence 100% ao Grupo StoneCo e suas controladoras.

(b) Em maio de 2024 a Stone IP adquiriu cotas do SOMA III Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC SOMA III"), que tem como objetivo de adquirir cédulas de crédito bancário devidas por estabelecimentos comerciais clientes da Stone IP. O FIDC SOMA III pertence 100% ao Grupo StoneCo e suas controladoras. Em 01 de janeiro de 2025, a cota do FIDC SOMA III foi impactada pela adoção da Resolução BCB nº 352/23 em R\$ (32.048).

(c) O FIDC ACR I foi constituído em 2023 com o objetivo de prover a antecipação do contas a receber de arranjo do pagamento da Stone IP. As cotas subordinadas do FIDC ACR I pertencem 100% ao Grupo StoneCo e suas controladoras.



Os FIDCs devem manter, após 90 dias do início das atividades, no mínimo 50% de seu patrimônio líquido na aquisição de direitos creditórios elegíveis. As políticas contábeis utilizadas pela Companhia no que tange ao reconhecimento do investimento sobre as cotas estão de acordo com as normas adotadas no Brasil e com critérios determinados pelo BACEN.

Apesar da duração dos FIDCs ser de 20 anos ou duração indeterminada e suas cotas não possuírem vencimento, o prazo de recebimento dos seus recebíveis é substancialmente menor que 12 meses.

## 5.2 Instrumentos financeiros derivativos

### 5.2.1 Hedge de fluxo de caixa

A Companhia utiliza a contabilidade de hedge para se proteger contra futuras flutuações de fluxo de caixa decorrentes da exposição a riscos específicos, como variações nas taxas de câmbio e nas taxas de juros.

A contabilidade de hedge de fluxo de caixa é aplicada quando a relação de hedge atende aos critérios exigidos pelas normas de contabilidade de hedge, incluindo a devida documentação no momento em que o hedge é contratado, desde que seja considerado altamente efetivo, ao longo do tempo, na mitigação do risco de flutuações nos fluxos de caixa.

A Companhia revisa regularmente a efetividade dos hedges para garantir que os ganhos ou perdas nos instrumentos de hedge sejam contabilizados de forma apropriada. Qualquer inefetividade identificada no hedge é imediatamente reconhecida no resultado do semestre, em "Resultado com instrumentos financeiros derivativos".

Dependendo do instrumento e do risco coberto, alguns dos instrumentos financeiros derivativos são utilizados como instrumentos de hedge de fluxo de caixa. A parcela efetiva dos ganhos ou perdas resultantes das alterações no valor justo desses derivativos é geralmente reconhecida no patrimônio líquido, em "Outros resultados abrangentes".

Para os derivativos classificados na categoria de hedge accounting existe a identificação documental com as informações detalhadas das operações e os riscos envolvidos, a efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e/ou retrospectiva, bem como a marcação a mercado dos instrumentos e dos objetos de hedge, conforme determina a Circular nº 3.082/02. Os testes prospectivo e retrospectivo realizados em 30 de junho de 2025 não identificaram nenhuma inefetividade nas estruturas de hedge accounting da Companhia.

### 5.2.2 Hedge econômico

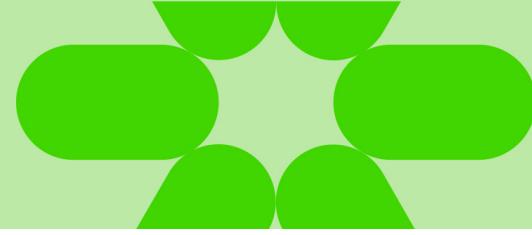
A Companhia realiza determinadas operações de hedge para mitigar riscos financeiros específicos, como flutuações em moedas estrangeiras e taxas de juros. Algumas dessas operações não são formalmente designadas para a contabilidade de hedge.

Embora esses derivativos sejam utilizados para gerir riscos econômicos, as mudanças em seu valor justo são reconhecidas diretamente no resultado do semestre, sem a aplicação dos tratamentos contábeis específicos da contabilidade de hedge. Isso significa que os ganhos e perdas gerados por esses instrumentos são integralmente reconhecidos no resultado à medida que ocorrem, refletindo as variações no valor justo dos derivativos.

A decisão de não aplicar a contabilidade de hedge a essas operações pode estar a fatores como o custo administrativo da documentação formal exigida pelas normas de contabilidade de hedge, a natureza dos instrumentos ou a flexibilidade operacional desejada. Ainda assim, a Companhia continua monitorando esses instrumentos para garantir que seu uso esteja alinhado com a estratégia geral de gestão de riscos.

### 5.2.3 Saldos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar suas exposições a riscos de mercado. As contrapartes nestas operações são exclusivamente instituições financeiras de primeira linha, locais e internacionais.

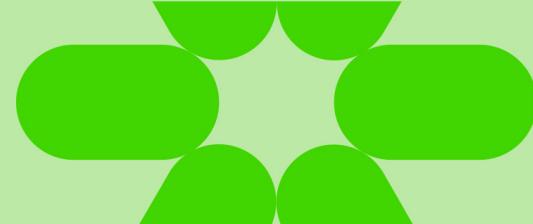


			30 de junho de 2025		
	Indexador de referência	Notional	Ativo (valor justo)	Passivo (valor justo)	Net
<b>Hedge de fluxo de caixa</b>					
Swap de taxa de câmbio	Dólar	2.181.534	—	(30.835)	<b>(30.835)</b>
<b>Hedge econômico</b>					
NDF	Dólar	82.283	—	(10.085)	<b>(10.085)</b>
Swap de taxa de juros	CDI	2.495.558	101	(119.002)	<b>(118.901)</b>
<b>Total</b>		<b>4.759.375</b>	<b>101</b>	<b>(159.922)</b>	<b>(159.821)</b>

#### 5.2.4 Abertura por faixa de vencimento dos títulos

A tabela abaixo apresenta a demonstração, por vencimento, dos valores nominais e dos valores justos:

		30 de junho de 2025		
		Menor que 3 meses	3 a 12 meses	Maior de 12 meses
<b>Notional</b>				
Swap de taxa de câmbio		—	—	2.181.534
NDF		39.177	43.106	—
Swap de taxa de juros		45.200	104.200	2.346.158
<b>Total</b>		<b>84.377</b>	<b>147.306</b>	<b>4.527.692</b>
				<b>4.759.375</b>
<b>Ativo (valor justo)</b>				
Swap de taxa de juros		44	57	—
<b>Passivo (valor justo)</b>				
Swap de taxa de câmbio		—	—	(30.835)
NDF		(4.922)	(5.163)	—
Swap de taxa de juros		—	(13)	(118.989)
<b>Total</b>		<b>(4.878)</b>	<b>(5.119)</b>	<b>(149.824)</b>
				<b>(159.821)</b>



## 6. Contas a receber

### 6.1 Políticas contábeis

#### 6.1.1 Contas a receber de emissores

Referem-se aos recebíveis das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e de débito emitidos por instituições financeiras. Nas transações de débito, a Stone IP recebe em até dois dias úteis o valor devido aos estabelecimentos comerciais. Nas transações de crédito, o recebimento depende da quantidade de parcelas. Se o recebimento é referente a uma transação de crédito à vista, ele ocorre 27 dias corridos após a captura da transação. Se o recebimento é referente a uma transação de crédito parcelado, o recebimento de cada parcela ocorre 27 dias após o seu vencimento.

#### 6.1.2 Contas a receber e obrigações vinculadas a cessão

De acordo com a Resolução BCB nº 352/23, no registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificados na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, a instituição cedente deve manter o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida; e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada na demonstração do resultado do semestre pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

#### 6.1.3 Provisão para perdas esperadas de ativos financeiros

A Companhia adota o provisionamento de perdas esperadas, combinando três parâmetros para a mensuração do risco de crédito: a metodologia é baseada nos parâmetros PD (Probabilidade de Inadimplência), LGD (Perda Dada a Inadimplência) e EAD (Exposição na Inadimplência), CCF (fator de conversão de crédito) e Forward Looking, fator este que ajusta a PD em função de variáveis e cenários macroeconômicos. O parâmetro PD, para operações em estágio 2, é ajustado ao prazo da operação, sendo denominado PD Lifetime. Esses parâmetros combinados proporcionam uma estimativa adequada do risco associado às contas a receber de emissores que são reconhecidas como despesa no resultado da companhia em contrapartida a uma conta redutora do ativo respectivo.

Todos estes parâmetros incorporam o tipo de operação, seu prazo, seu limite e as garantias prestadas.

A Norma de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é a documentação interna que contempla e descreve este tema, sendo continuamente atualizada, em resposta a alterações regulatórias, mudanças de processos ou direcionamentos estratégicos, garantindo a aderência às normas vigentes e às melhores práticas de gestão de risco de crédito.

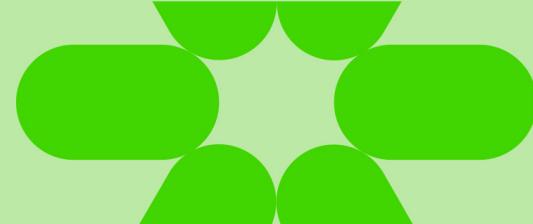
## 6.2 Saldos

### 6.2.1 Contas a receber de emissores

Os valores a receber de bancos emissores de cartões decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito feitas pelos portadores de cartões são classificados conforme demonstrados a seguir:

#### 6.2.1.1 Valor contábil bruto por estágios

	Estágio 1	Saldo em 30/06/2025
<b>Carteira C2</b>		<b>36.025.651</b>
Contas a receber de emissores		33.374.908
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão		2.650.743
<b>Total</b>		<b>36.025.651</b>



### 6.2.1.2 Abertura por faixas de vencimentos

	Saldo em 30/06/2025
A vencer em até 30 dias	7.443.146
A vencer em até 31 a 120 dias	18.853.794
A vencer em até 121 a 180 dias	5.108.688
A vencer em até 181 a 360 dias	4.508.779
Acima de 360 dias	111.244
<b>Total</b>	<b>36.025.651</b>

### 6.2.2 Rendas a receber

#### 6.2.2.1 Valor contábil bruto por estágios

	Estágio 1	Saldo em 30/06/2025
<b>Carteira C5</b>		<b>170.852</b>
Valores a receber de aluguel de equipamentos		110.500
Valores a receber de clientes por chargeback		8.765
Valores a receber de serviços de estipulação de seguros		6.448
Outros valores a receber		45.139
<b>Total</b>		<b>170.852</b>

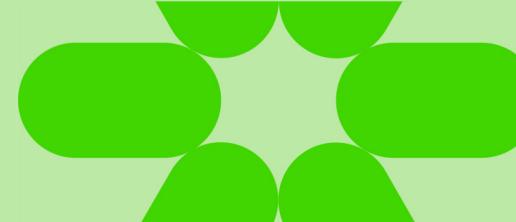
	Estágio 2	Saldo em 30/06/2025
<b>Carteira C5</b>		<b>13.206</b>
Valores a receber de aluguel de equipamentos		7.410
Valores a receber de clientes por chargeback		5.245
Valores a receber de serviços de estipulação de seguros		122
Outros valores a receber		429
<b>Total</b>		<b>13.206</b>

	Estágio 3	Saldo em 30/06/2025
<b>Carteira C5</b>		<b>43.740</b>
Valores a receber de aluguel de equipamentos		11.584
Valores a receber de clientes por chargeback		29.828
Valores a receber de serviços de estipulação de seguros		439
Outros valores a receber		1.889
<b>Total</b>		<b>43.740</b>

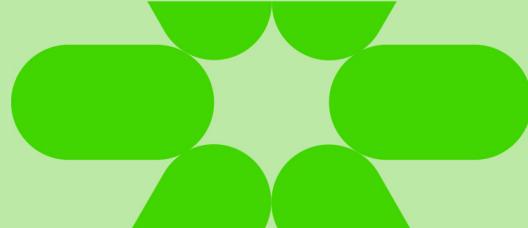
Do total de R\$ 227.798 de rendas a receber, R\$ 204.356 possuem vencimento em até 12 meses.

### 6.2.3 Provisão de perda de crédito esperada por estágios

#### 6.2.3.1 Provisão de perda esperada de ativos financeiros



Estágio 1	Saldo em 31/12/2024	Adoção Res. BCB nº 352/23	Saldo em 01/01/2025	Transferência p/ Estágio 2	Transferência p/ Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	(Constituição) / Reversão	Baixa	Saldo em 30/06/2025
<b>Carteira C2</b>	—	(64.282)	(64.282)	—	—	—	—	(9.432)	—	(73.714)
Contas a receber de emissores	—	(58.360)	(58.360)	—	—	—	—	(8.864)	—	(67.224)
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão	—	(5.922)	(5.922)	—	—	—	—	(568)	—	(6.490)
<b>Carteira C5</b>	(3.319)	—	(3.319)	9.601	36.967	—	—	(47.779)	—	(4.530)
Valores a receber de aluguel de equipamentos	(2.485)	—	(2.485)	4.028	5.967	—	—	(10.703)	—	(3.193)
Valores a receber de clientes por chargeback	(419)	—	(419)	5.022	28.674	—	—	(34.316)	—	(1.039)
Valores a receber de serviços de estipulação de seguros	—	—	—	122	439	—	—	(719)	—	(158)
Outros valores a receber	(415)	—	(415)	429	1.887	—	—	(2.041)	—	(140)
<b>Total</b>	(3.319)	(64.282)	(67.601)	9.601	36.967	—	—	(57.211)	—	(78.244)
Estágio 2	Saldo em 31/12/2024	Adoção Res. BCB nº 352/23	Saldo em 01/01/2025	Transferência p/ Estágio 1	Transferência p/ Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	(Constituição) / Reversão	Baixa	Saldo em 30/06/2025
<b>Carteira C5</b>	(8.328)	—	(8.328)	—	1.928	(9.601)	—	2.795	—	(13.206)
Valores a receber de aluguel de equipamentos	(5.791)	—	(5.791)	—	1.201	(4.028)	—	1.209	—	(7.409)
Valores a receber de clientes por chargeback	(1.418)	—	(1.418)	—	727	(5.022)	—	468	—	(5.245)
Valores a receber de serviços de estipulação de seguros	(377)	—	(377)	—	—	(122)	—	377	—	(122)
Outros valores a receber	(742)	—	(742)	—	—	(429)	—	741	—	(430)
<b>Total</b>	(8.328)	—	(8.328)	—	1.928	(9.601)	—	2.795	—	(13.206)
Estágio 3	Saldo em 31/12/2024	Adoção Res. BCB nº 352/23	Saldo em 01/01/2025	Transferência p/ Estágio 1	Transferência p/ Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	(Constituição) / Reversão	Baixa	Saldo em 30/06/2025
<b>Carteira C5</b>	(28.072)	—	(28.072)	—	—	(36.967)	(1.928)	336	22.891	(43.740)
Valores a receber de aluguel de equipamentos	(9.302)	—	(9.302)	—	—	(5.967)	(1.201)	(8.927)	13.813	(11.584)
Valores a receber de clientes por chargeback	(15.812)	—	(15.812)	—	—	(28.674)	(727)	8.816	6.569	(29.828)
Valores a receber de serviços de estipulação de seguros	(1.516)	—	(1.516)	—	—	(439)	—	(463)	1.979	(439)
Outros valores a receber	(1.442)	—	(1.442)	—	—	(1.887)	—	910	530	(1.889)
<b>Total</b>	(28.072)	—	(28.072)	—	—	(36.967)	(1.928)	336	22.891	(43.740)



#### 6.2.4 Créditos renegociados

Em 30 de junho de 2025 não há créditos renegociados.

#### 6.2.5 Contas a receber e obrigações vinculadas a cessão

Parte da necessidade de caixa da Stone IP refere-se à realização de adiantamentos a clientes credenciadores. A Companhia financia essas necessidades por meio de diferentes fontes de recursos, incluindo a cessão de recebíveis. Quando tais cessões de recebíveis são realizadas a entidades nas quais a Stone IP possui cotas subordinadas, os recebíveis cedidos permanecem no balanço patrimonial. Em 30 de junho de 2025, um total de R\$ 2.650.743 foi cedido para o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ACR I ("FIDC ACR I"), o qual a Companhia detém cotas subordinadas. Em decorrência da cessão de recebíveis em conjunto com a detenção de cotas subordinadas do fundo de investimento comprador, o saldo de R\$ 2.597.387 foi registrado como contrapartida um passivo referente à obrigação assumida. Quando a cessão de recebíveis é realizada a entidades não controladas e em transações nas quais não há envolvimento contínuo, os valores transferidos são baixados das contas a receber de emissores de cartão. Em 30 de junho de 2025, a venda de recebíveis que foram baixados das contas a receber de emissores de cartão no balanço patrimonial representaram a principal forma de financiamento utilizada no negócio de adiantamento.

### 7. Depósitos

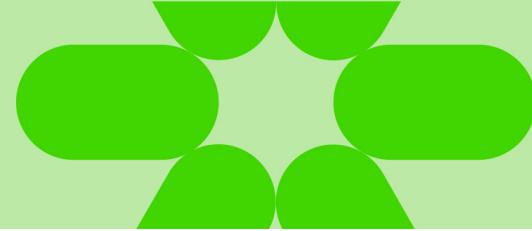
Conforme exigido pela Resolução BCB nº 80/21, os recursos dos clientes depositados em contas de pagamento ("Depósitos de clientes") devem ser integralmente garantidos por títulos públicos e/ou depósitos no BACEN ("CCME"). O saldo aplicado em CCME em 30 de junho de 2025 é de R\$ 3.676.877 e é considerado como ativo circulante.

Em 30 de junho de 2025, o montante de saldo de moeda eletrônica em contas de pagamento, que constitui patrimônio separado e não se confunde com o da Companhia, totalizou R\$ 3.168.726 e é considerado como passivo circulante.

### 8. Outros ativos

	30/06/2025
<b>Financeiros</b>	
<b>Ao custo amortizado</b>	<b>32.860</b>
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 31)	8.975
Valores a receber das bandeiras	647
Depósitos em garantia	18.660
Outros	4.578
<b>Não financeiros</b>	<b>67.406</b>
Antecipações salariais	34.264
Valores a receber por venda de imobilizado	27.188
Outros	5.954
<b>Total (a)</b>	<b>100.266</b>

(a) Do total de R\$ 100.266 de outros ativos, R\$ 55.297 possuem vencimento em até 12 meses.



## 9. Despesas antecipadas

### 9.1 Políticas contábeis

As despesas antecipadas são reconhecidas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos, a serem reconhecidos na competência apropriada.

### 9.2 Saldos

		30/06/2025
Custo de obtenção de contratos		100.283
Propaganda e publicidade		126.553
		<b>226.836</b>

Do total de R\$ 226.836 de despesas antecipadas, R\$ 185.170 possuem vencimento em até 12 meses.

## 10. Imposto de renda e contribuição social

### 10.1 Políticas contábeis

A provisão para imposto de renda ("IRPJ") é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") é de 9% sobre o lucro tributável.

#### 10.1.1 Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos, quando aplicável, somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser usados.

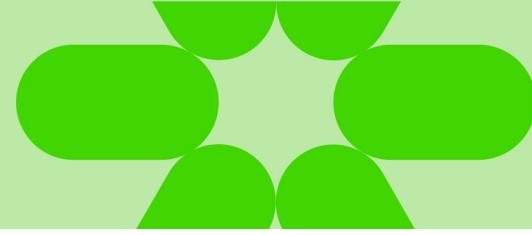
A política utilizada para o imposto de renda e contribuição social diferidos apresentados estão de acordo com a Resolução BCB nº 15/20 e alterações da Resolução BCB nº 367/24.

#### 10.1.2 Medida Provisória ("MP") nº 1.303/2025

A Medida Provisória nº 1.303/2025 introduz alterações na legislação tributária brasileira, incluindo aumentos nas alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - um imposto calculado sobre o lucro real - aplicável a determinadas instituições financeiras, bem como alterações no regime de retenção na fonte sobre investimentos nos mercados financeiro e de capitais, entre outras disposições.

A norma está sujeita à aprovação do Congresso Nacional Brasileiro antes de entrar em vigor. Se promulgadas como lei, as alterações na CSLL entrariam em vigor a partir de 1º de novembro de 2025, enquanto as demais alterações tributárias entrariam em vigor em 1º de janeiro de 2026.

Consideramos que a aprovação pelo Congresso Nacional Brasileiro é necessária para que as alterações nas alíquotas da CSLL sejam consideradas substancialmente promulgadas e reconhecidas em nossas demonstrações financeiras. Consequentemente, nenhum impacto foi reconhecido nestas demonstrações financeiras.



Se as alterações na alíquota da CSLL forem aprovadas, as alíquotas combinadas do imposto de renda estatutário para a Companhia aumentariam de 34% a 40%.

## 10.2 Ativos fiscais

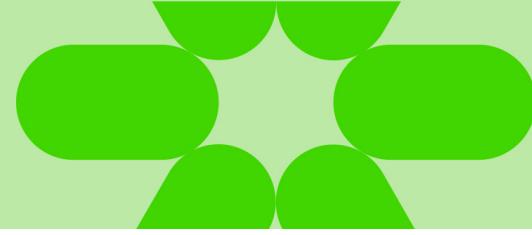
	30/06/2025
Imposto de renda e contribuição social - diferidos (Nota 10.4)	870.127
Imposto de renda e contribuição social - a compensar (Nota 10.5)	397.540
Outros impostos	2.614
	<b>1.270.282</b>

## 10.3 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	30/06/2025
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	557.585
Alíquotas vigentes (%)	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes</b>	<b>(189.579)</b>
<b>Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:</b>	
Participações no lucro	15.082
Lei do Bem (pesquisa e desenvolvimento) - anos anteriores	24.629
Resultado de participação em controladas	57.790
Outras adições/exclusões	12.572
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(79.506)</b>
Impostos correntes	(48.313)
Impostos diferidos	(31.193)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(79.506)</b>

## 10.4 Natureza e Origem dos ativos e passivos diferidos

Os ativos fiscais diferidos e obrigações fiscais diferidas apresentaram as seguintes movimentações no semestre.



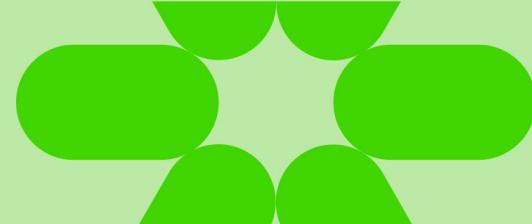
	Saldo em 31/12/2024	Adoção Res. BCB nº 352/23	Saldo em 01/01/2025	Movimentação	Saldo em 30/06/2025
<b>Refletido no resultado</b>	<b>718.782</b>	—	<b>718.782</b>	<b>118.593</b>	<b>837.375</b>
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	192.268	—	192.268	(21.618)	170.650
Variação cambial	73.149	—	73.149	65.358	138.507
Ajustes ao Valor Justo de Instrumentos Financeiros	122.602	—	122.602	30.840	153.442
Provisão para pagamento baseado em ações	109.889	—	109.889	(1.484)	108.405
Perdas em processo de documentação	42.207	—	42.207	28.115	70.322
Provisão para perda esperada de crédito	40.544	—	40.544	36.679	77.223
Provisão para participações nos lucros, bônus e prêmios	35.941	—	35.941	(16.377)	19.564
Provisão para contingências	34.127	—	34.127	4.571	38.698
Demais diferenças temporárias	68.055	—	68.055	(7.491)	60.564
<b>Refletido no patrimônio líquido</b>	<b>6.315</b>	<b>32.752</b>	<b>39.067</b>	<b>(6.315)</b>	<b>32.752</b>
Ajustes ao valor justo de instrumentos financeiros	6.315	—	6.315	(6.315)	—
Adoção inicial - Provisão para perda esperada de crédito	—	32.752	32.752	—	32.752
<b>Ativos fiscais diferidos</b>	<b>725.097</b>	<b>32.752</b>	<b>757.849</b>	<b>112.278</b>	<b>870.127</b>
<b>Refletido no resultado</b>	<b>(176.924)</b>	—	<b>(176.924)</b>	<b>(149.786)</b>	<b>(326.710)</b>
Variação cambial passiva	(114.497)	—	(114.497)	(56.244)	(170.741)
Ajustes ao valor justo de instrumentos financeiros (a)	(53.585)	—	(53.585)	(102.128)	(155.713)
Demais diferenças temporárias	(8.842)	—	(8.842)	8.586	(256)
<b>Refletido no patrimônio líquido</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(9.366)</b>	<b>(9.366)</b>
Ajustes ao valor justo de instrumentos financeiros	—	—	—	(9.366)	(9.366)
<b>Obrigações fiscais diferidas</b>	<b>(176.924)</b>	—	<b>(176.924)</b>	<b>(159.152)</b>	<b>(336.076)</b>

(a) Inclui Obrigações fiscais de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

A realização dos ativos fiscais diferidos está estimada da seguinte forma:

Ano	Valor
2025	469.146
2026	173.620
2027	123.226
2028	55.820
2029	48.315
<b>Total</b>	<b>870.127</b>

O valor presente estimado dos ativos fiscais diferidos em 30 de junho de 2025 é de R\$ 677.206, descontados à taxa média de captação da Companhia.



## 10.5 Imposto de renda e contribuição social - a compensar

	30/06/2025
Impostos e contribuições a compensar	391.780
IRRF sobre JSCP	5.317
IRRF sobre rendimentos financeiros	443
	<b>397.540</b>

## 11. Investimentos

### 11.1 Políticas contábeis

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da controlada.

#### Ágio

O ágio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos a valor justo, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios.

O ágio fundamentado na previsão de resultados futuros é amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução no valor recuperável.

### 11.2 Movimentações

	Participação societária						Ágio sobre aquisição	Total
	MNLT	Pagar.me	Stone SCD	Stone SCFI	Stone Cartões			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>980.941</b>	<b>242.931</b>	<b>733.523</b>	<b>3.552</b>	<b>8.142</b>	<b>8.791</b>	<b>1.977.880</b>	
Adoção Res. BCB nº 352/23	—	—	(955)	—	(3.307)	—	—	(4.262)
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2025</b>	<b>980.941</b>	<b>242.931</b>	<b>732.568</b>	<b>3.552</b>	<b>4.835</b>	<b>8.791</b>	<b>1.973.618</b>	
Aumento de capital	—	—	—	16.756	15.600	—	—	32.356
Amortização de ágio	—	—	—	—	—	(1.554)	(1.554)	
Equivalência patrimonial	33.041	(13.929)	10.776	135.281	4.801	—	—	169.970
Reflexo de pagamento baseado em ações	4.852	4.063	(70)	61	63	—	—	8.969
<b>Saldo em 30 de junho de 2025</b>	<b>1.018.834</b>	<b>233.065</b>	<b>743.274</b>	<b>155.650</b>	<b>25.299</b>	<b>7.237</b>	<b>2.183.359</b>	

#### MNLT S.A ("MNLT")

Em 30 de junho de 2025, o capital social da MNLT, é representado por 2.260.490.292 ações ordinárias e 10 ações preferenciais nominativas, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 524.655 totalmente subscrito e integralizado.

#### Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. ("Pagar.me")

Em 30 de junho de 2025, o capital social da Pagar.me, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 134.276, dividido em 122.002.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Stone SCD")

Em 30 de junho de 2025, o capital social da Stone SCD, é representado por 651.000.000 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 651.000 totalmente subscrito e integralizado.

Stone Sociedade de Crédito Direto, Financiamento e Investimento S.A. ("Stone SCFI")

Em fevereiro de 2025, foi realizado o restante da integralização de capital no valor de R\$ 16.759. Dessa maneira, em 30 de junho de 2025, o capital social da Stone SCFI, é representado por 40.000.000 ações ordinárias, em sua totalidade nominativa e sem valor nominal, no valor total de R\$ 40.000 totalmente subscrito e integralizado.

Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A ("Stone Cartões")

No primeiro semestre de 2025, foi realizado o restante da integralização de capital no valor de R\$ 15.600 na Stone Cartões. Em 30 de junho de 2025, o capital social da Stone Cartões, é representado por 20.001.000 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 20.001 totalmente subscrito e integralizado.

**12. Imobilizado de uso****12.1 Políticas contábeis**

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Companhia ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo:

- PinPad e POS – 20%;
- Máquinas e aparelhos e equipamentos – 20%;
- Equipamentos de informática – 20%;
- Móveis e utensílios – 10%;
- Benfeitorias em propriedades de terceiros – 20%;
- Instalações – 10%;
- Equipamentos de telefonia – 50%;
- Veículos – 20%.

**12.2 Movimentações**

	<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo em 30/06/2025</b>
Pinpad e POS	1.460.907	802.813	(60.821)	—	2.202.899
Máquinas e aparelhos e equipamentos	13.408	167	—	—	13.575
Equipamentos de informática	102.025	7.124	(20)	73	109.202
Móveis e utensílios	15.239	1.020	—	814	17.073
Benfeitorias em propriedades de terceiros	42.553	6.211	(256)	(887)	47.621
Instalações	4.196	20	—	—	4.216
Equipamentos de telefonia	12.564	2.138	—	—	14.702
Veículos e aeronave	30.945	189	(30.496)	—	638
Ativos de direito de uso - veículos	—	18.669	—	—	18.669
<b>Custo</b>	<b>1.681.837</b>	<b>838.351</b>	<b>(91.593)</b>	<b>—</b>	<b>2.428.595</b>
Pinpad e POS	(756.829)	(206.501)	55.996	—	(907.334)
Máquinas e aparelhos e equipamentos	(12.903)	(129)	—	—	(13.032)
Equipamentos de informática	(64.102)	(7.592)	9	—	(71.685)
Móveis e utensílios	(5.823)	(835)	—	—	(6.658)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(18.868)	(4.512)	4	—	(23.376)
Instalações	(1.653)	(211)	—	—	(1.864)
Equipamentos de telefonia	(9.709)	(1.458)	—	—	(11.167)
Veículos e aeronave	(12.112)	(1.307)	13.214	—	(205)
Ativos de direito de uso - veículos	—	(2.109)	—	—	(2.109)
<b>Depreciação acumulada</b>	<b>(881.999)</b>	<b>(224.654)</b>	<b>69.223</b>	<b>—</b>	<b>(1.037.430)</b>
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>799.838</b>	<b>613.697</b>	<b>(22.370)</b>	<b>—</b>	<b>1.391.165</b>

**13. Intangível****13.1 Políticas contábeis**

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade.

O custo de ativos intangíveis adquiridos corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (“impairment”), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Software – 20%.
- Licenças de uso de bandeiras – 20%;
- Marcas e patentes – 5%.

- Direito sobre contrato de representação – 33%.

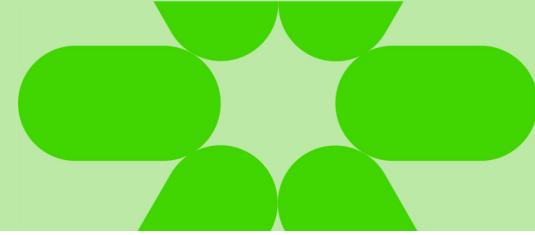
### 13.1.1 Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do semestre.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto ativos fiscais diferidos, cuja realização é avaliada semestralmente.

### 13.2 Movimentações

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2025
Software	160.204	7.186	(3.055)	164.335
Licenças de uso de bandeiras	5.674	–	(5.674)	–
Direito de concessão e operação	–	16.418	–	16.418
Marcas e patentes	20	–	–	20
Direito sobre contrato de representação	726	–	–	726
<b>Custo</b>	<b>166.624</b>	<b>23.605</b>	<b>(8.729)</b>	<b>181.500</b>
Software	(94.289)	(10.966)	883	(104.372)
Licenças de uso de bandeiras	(5.674)	–	5.674	–
Direito de concessão e operação	–	(23)	–	(23)
Marcas e patentes	(6)	(1)	–	(7)
Direito sobre contrato de representação	(726)	–	–	(726)
<b>Amortização acumulada</b>	<b>(100.695)</b>	<b>(10.990)</b>	<b>6.557</b>	<b>(105.128)</b>
<b>Intangível</b>	<b>65.929</b>	<b>12.615</b>	<b>(2.172)</b>	<b>76.372</b>



## 14. Obrigações por empréstimos

### 14.1 Saldos

	Saldo em 31/12/2024	Captações	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Variação cambial	Juros incorridos	Saldo em 30/06/2025
Empréstimos em moeda nacional (Nota 31) (a)	6.686.632	26.672.872	(12.751.506)	(698.277)	—	1.009.409	20.919.130
Bond (b)	1.274.458	—	—	(26.441)	(152.343)	27.325	1.122.999
Obrigações com certificados de recebíveis (CRI) (c)	58.984	—	—	(3.702)	—	4.288	59.570
Empréstimo no exterior	628.656	—	(577.040)	(40.501)	(12.000)	885	—
<b>Total</b>	<b>8.648.730</b>	<b>26.672.872</b>	<b>(13.328.546)</b>	<b>(768.921)</b>	<b>(164.343)</b>	<b>1.041.907</b>	<b>22.101.699</b>

### 14.2 Composição

	Taxa média de juros anual	Data de emissão	Vencimento	30/06/2025
Empréstimos em moeda nacional (a)	CDI + 0,75%	10/05/2024	30/12/2025	20.919.130
Bond (b)	CDI + 3,95%	16/06/2021	16/06/2028	1.122.999
Obrigações com certificados de recebíveis (CRI) (c)	CDI +1,30%	06/09/2023	03/09/2026	59.570

#### (a) Empréstimos em moeda nacional

Em 30 de junho de 2025, foram emitidas novas CCBs, com múltiplas contrapartes e vencimentos de até 12 meses. O principal e juros das CCBs vincendas são pagos, em sua maioria, em seus vencimentos finais. Os recursos desses empréstimos foram utilizados principalmente na antecipação de recebíveis.

#### (b) Bond

Em agosto de 2024 foram transferidos para a Stone IP títulos emitidos pela StoneCo Ltd. (Bond). O montante total de captação foi de R\$ 1.138.970. Para mitigar o risco cambial, a Stone IP realizou uma operação de hedge.

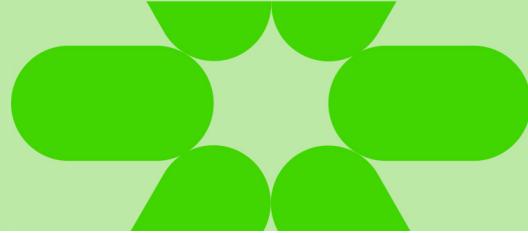
#### (c) Obrigações com certificados de recebíveis (CRI)

Em 6 de setembro de 2023, foi concluída a oferta da 150ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI Stone") da Opea, captando R\$ 57.000 em uma transação com vencimento de 3 anos a CDI + 1,30% a.a.. O CRI Stone é respaldado por notas comerciais emitidas pela Stone IP e STNE Participações. Esta é a primeira estrutura de financiamento da empresa para acessar investidores pessoa física juntamente com os institucionais.

## 15. Valores a repassar a estabelecimentos

### 15.1 Políticas contábeis

Referem-se às obrigações de pagar aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Companhia, pelas transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e de débito emitidos por instituições financeiras. Nas transações de débito, a Stone IP paga em até dois dias úteis o valor devido aos estabelecimentos comerciais. Nas transações de crédito, o pagamento depende da quantidade de parcelas. Se o pagamento é referente a uma transação de crédito à vista, ele ocorre trinta dias corridos após a captura da transação. Se o pagamento é referente a uma transação de crédito parcelado, o pagamento de cada parcela ocorre 30 dias após o seu vencimento.

**15.2 Saldos**

		30/06/2025
Contas a pagar		18.410.714
Intenções de pagamentos		121.800
Créditos retidos		91.097
		<b>18.623.611</b>

Do total de R\$ 18.623.611 de valores a repassar a estabelecimentos R\$ 18.558.754 possuem vencimento em até 12 meses.

**16. Obrigações fiscais**

		30/06/2025
Imposto de renda e contribuição social - diferidos (Nota 10.4)		336.076
PIS e COFINS a recolher		33.120
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar		8.043
Impostos e contribuições a pagar		6.491
		<b>383.730</b>

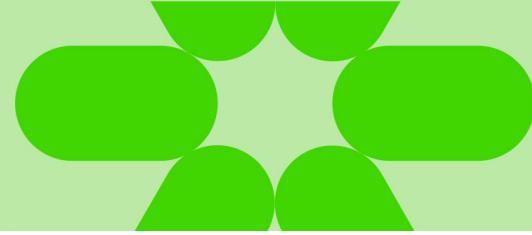
**17. Provisões para contingências****17.1 Políticas contábeis**

As provisões para causas judiciais são avaliadas de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- Provisões para contingências trabalhistas e cíveis - Os valores das contingências são provisionados de acordo com os critérios de provisão da Companhia respeitando a separação de processos massificados e não massificados. Na primeira hipótese, a provisão seguirá o ticket médio a ser mencionado nos tópicos subsequentes. No segundo caso, considera-se o valor potencial de perda de cada ação judicial, com base em parâmetros como a fase em que o processo se encontra e o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.
- Provisões para contingências fiscais - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida, parecer interno, bem como o parecer de consultores jurídicos externos.

**17.2 Contingências classificados como perdas prováveis, provisionadas no balanço**

As movimentações das provisões para contingências, ocorridas no semestre, estão a seguir apresentadas:



	Trabalhista <sup>(a)</sup>	Cível <sup>(b)</sup>	Tributária	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>63.625</b>	<b>35.537</b>	<b>1.213</b>	<b>100.375</b>
Adições	33.126	16.535	—	49.661
Reversões	(8.915)	(3.982)	—	(12.897)
Juros	3.163	2.763	217	6.143
Pagamentos	(14.653)	(14.812)	—	(29.465)
<b>Saldo em 30 de junho de 2025</b>	<b>76.346</b>	<b>36.041</b>	<b>1.430</b>	<b>113.817</b>

(a) No que tange às demandas judiciais de natureza Trabalhista, a Companhia é normalmente acionada em duas hipóteses: (i) ações de ex-empregados e (ii) ações de ex-empregados de empresas terceirizadas, contratadas pela Stone IP. Nessas respectivas ações são encontrados dois pedidos recorrentes: enquadramento em categoria de trabalho diversa e pagamento de horas extras.

(b) As demandas judiciais de natureza Cível se relacionam substancialmente às principais frentes de atuação da Companhia, quais sejam (i) Adquirência, no montante de R\$ 20.237 em 30 de junho de 2025; e, (ii) Banking, no montante de R\$ 14.838 em 30 de junho de 2025.

### 17.3 Contingências classificadas como perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Stone IP é parte em ações judiciais, cíveis, trabalhistas e fiscais, cujos objetos conectam-se com sua operação ordinária.

Neste sentido, entende-se que as demandas judiciais cíveis se relacionam às principais frentes de atuação da Companhia, quais sejam (i) Adquirência, no montante de R\$ 9.888 em 30 de junho de 2025; e, (ii) Banking, no montante de R\$ 11.708 em 30 de junho de 2025.

Em Banking, destaca-se ação ajuizada por cliente alegando falha na prestação do serviço. O valor considerado como perda possível é de R\$ 11.304 em 30 de junho de 2025.

A Companhia recebeu autos de infração emitidos pela autoridade fiscal municipal relativos ao pagamento alegadamente insuficiente de Impostos Sobre Serviços ("ISS"). Em 30 de junho de 2025, o valor atualizado dos processos é de R\$ 234.017. Os processos, classificados como perdas possíveis, estão sendo contestados na esfera administrativa do tribunal.

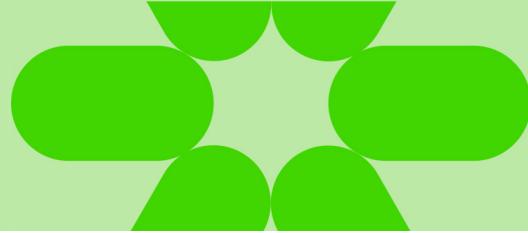
### 17.4 Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações da Stone IP.

### 17.5 Ativos contingentes

Ativo contingente é um ativo possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos. Ativos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial, mas, quando relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras da Companhia quando for provável a entrada de benefícios econômicos.

Em 30 de junho de 2025, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.



## 18. Outros passivos

	30/06/2025
<b>Financeiros</b>	
<b>Ao custo amortizado</b>	<b>439.312</b>
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 31)	117.206
Repasses a bandeira	129.186
<b>Fornecedores</b>	<b>97.518</b>
Adiantamento de clientes	89.949
Outros passivos financeiros	5.453
<b>Não financeiros</b>	<b>448.828</b>
Salários e encargos	203.286
Provisão para pagamentos a efetuar	172.308
Provisão para participações nos lucros e bônus	62.391
Outros passivos	10.843
<b>Total (a)</b>	<b>888.140</b>

(a) Do total de R\$ 888.140 de outros passivos, R\$ 731.257 possuem vencimento em até 12 meses.

## 19. Patrimônio líquido

### 19.1 Efeitos da adoção inicial da Resolução BCB nº 352/23

Em virtude da adoção da nova Resolução BCB nº 352/23, a Companhia refletiu os efeitos da adoção diretamente em seu patrimônio líquido. Os impactos decorrentes da adoção da norma estão na nota 3.7.

### 19.2 Capital social

Em 30 de junho de 2025, o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.389.445, representado por 675.667.136 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Ações ordinárias têm direito ao recebimento de dividendos conforme definido no Estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

### 19.3 Reserva de capital

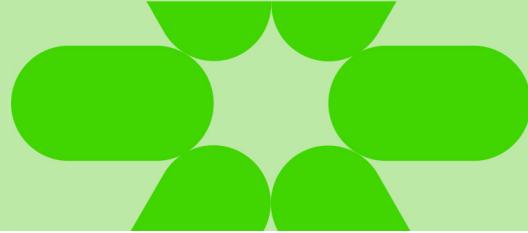
No semestre findo em 30 de junho de 2025, a Stone IP constituiu uma reserva adicional no montante de R\$ 40.932, totalizando R\$ 669.485, destinada para a remuneração baseada em ações (Nota 32).

### 19.4 Reserva legal

No semestre findo em 30 de junho de 2025, a Stone IP constituiu reserva legal no montante de R\$ 18.294, totalizando R\$ 91.473.

### 19.5 Reserva de lucros

No semestre findo em 30 de junho de 2025, a Stone IP constituiu reserva de lucros no montante de R\$ 347.585, totalizando R\$ 750.170.



## 19.6 Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes ("ORA") representam os lucros ou prejuízos não reportados na demonstração do resultado, sendo apresentados separadamente nas demonstrações financeiras. Isto inclui transações e operações da Companhia que não são consideradas ganhos ou perdas realizadas. A tabela apresenta o saldo acumulado de cada categoria de ORA em 30 de junho de 2025:

	30/06/2025
Ajustes de avaliação patrimonial	(118.658)
Ganho não realizado de hedge de fluxo de caixa	18.176
<b>Total</b>	<b>(100.482)</b>

## 20. Receitas operacionais

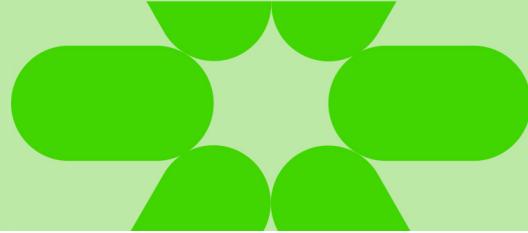
	Semestre findo em 30/06/2025
Receita de serviços de transações de pagamento e outros serviços	1.225.520
Impostos sobre receita de serviços de transações de pagamento e outros serviços	(143.023)
<b>Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços</b>	<b>1.082.497</b>
Receita de aluguel de equipamentos	254.415
Impostos sobre receita de aluguel de equipamentos	(23.533)
<b>Receita líquida de aluguel de equipamentos</b>	<b>230.882</b>
Receita por antecipação de obrigações de transações de pagamento	1.052.299
Impostos sobre receita por antecipação de obrigações de transações de pagamento	(64.891)
<b>Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento</b>	<b>987.408</b>
	<b>2.300.787</b>

## 21. Resultado de depósitos no Banco Central e títulos e valores mobiliários

	Semestre findo em 30/06/2025
Rendimento sobre cotas de fundos de investimento	2.439.314
Rendimento sobre depósitos no Banco Central	530.640
	<b>2.969.954</b>

## 22. Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

	Semestre findo em 30/06/2025
Cessão definitiva	(1.135.117)
Cessão com retenção de riscos e benefícios	(182.305)
	<b>(1.317.422)</b>

**23. Custo dos serviços prestados**

	<b>Semestre findo em 30/06/2025</b>
Processamento de dados	(552.324)
Despesas com serviços associados a transações de pagamento	(108.195)
Recebimento, armazenagem e triagem de equipamentos	(97.902)
Comunicações	(60.770)
Transportes	(56.425)
Reparos e manutenções	(28.139)
Insumos e materiais	(26.665)
Outros (a)	(27.657)
	<b>(958.077)</b>

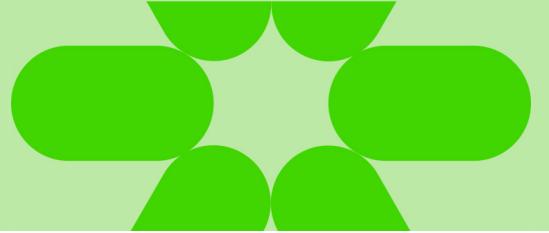
(a) Referem-se principalmente a gastos diretamente atribuíveis ao funcionamento de Pin Pad e POS, tais como bobinas, acessórios, e etc.

**24. Despesas de pessoal**

	<b>Semestre findo em 30/06/2025</b>
Salários e proventos	(464.885)
Encargos sociais	(141.853)
Benefícios	(115.169)
Pagamento baseado em ação (Nota 32)	(82.815)
Treinamentos	(3.899)
	<b>(808.621)</b>

**25. Despesas administrativas**

	<b>Semestre findo em 30/06/2025</b>
Publicidade, promoções e relações públicas	(250.826)
Serviços técnicos especializados	(28.860)
Processamento de dados	(25.253)
Transportes	(17.457)
Viagens	(10.159)
Manutenção e conservação de bens	(7.938)
Aluguéis	(7.916)
Despesas de seguros	(7.859)
Serviços de vigilância e segurança	(4.587)
Comunicações	(2.912)
Serviços do sistema financeiro	(2.505)
Despesas tributárias <sup>(a)</sup>	(1.941)
Eventos internos	(1.564)
Outros	(449)
	<b>(370.226)</b>



(a) Referem-se principalmente a despesas de PIS e COFINS incidentes sobre resultado de aplicações financeiras de liquidez e títulos e valores mobiliários.

## 26. Despesas de provisões

	Semestre findo em 30/06/2025
Provisão para contingências (Nota 17)	(42.907)
Reversão de perdas operacionais	2.903
	<b>(40.004)</b>

## 27. Outras receitas operacionais

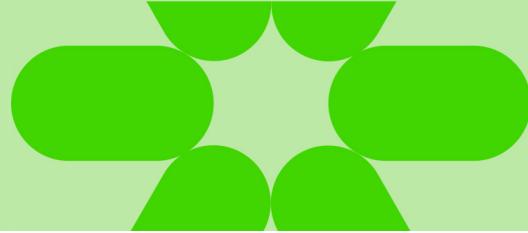
	Semestre findo em 30/06/2025
Variação monetária ativa	21.832
Recuperação de perdas operacionais	11.415
Variação cambial ativa	1.920
Descontos obtidos	217
Outros	104
	<b>35.488</b>

## 28. Outras despesas operacionais

	Semestre findo em 30/06/2025
Despesas de comissões com parceiros	(153.124)
Perdas operacionais	(60.266)
Variação cambial passiva	(4.667)
Variação monetária passiva	(247)
Outras despesas operacionais	(12.199)
	<b>(230.503)</b>

## 29. Resultado não operacional

Os valores reconhecidos como resultado não operacional são decorrentes principalmente do custo de alienação de ativos, doações e patrocínios. O resultado líquido no semestre findo em 30 de junho de 2025 foi uma receita de R\$ 36.709.

**30. Outras divulgações sobre fluxos de caixas****30.1 Imobilizado e ativos intangíveis**

	<b>30/06/2025</b>
Adições de imobilizado (Nota 12.2)	(838.351)
Pagamentos do ano anterior	(16.528)
Compras não pagas no final do semestre	48.046
<b>Aquisição de imobilizado</b>	<b>(806.833)</b>
Adições de ativos intangíveis (Nota 13.2)	(23.605)
Pagamentos do ano anterior	(2.319)
Compras não pagas no final do semestre	805
<b>Compras e desenvolvimento de ativos intangíveis</b>	<b>(25.118)</b>
Valor contábil líquido dos ativos alienados (Nota 12 / Nota 13)	24.542
Perda na baixa e alienação de bens	19.394
<b>Valor recebido pela venda de imobilizado</b>	<b>43.936</b>

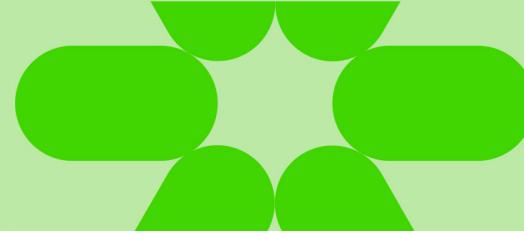
**31. Transações com partes relacionadas**

As partes relacionadas compreendem as empresas controladas do grupo, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa.

**STONE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.****Notas explicativas**

Em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

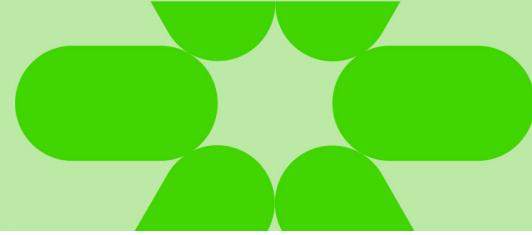


Ativos	30/06/2025
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	18.595
<b>Rendas a receber</b>	<b>18.595</b>
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	4.018
STNE Participações S.A. (controlador final comum)	2.350
Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (controlada)	1.812
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	714
MNLT Soluções de Pagamentos S.A. (controlada)	78
Vitta Saúde Administradora de Benefícios LTDA. (controlador final comum)	3
<b>Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 8) (a)</b>	<b>8.975</b>
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	842
MNLT Soluções de Pagamento S.A. (controlada)	495
<b>Dividendos a receber</b>	<b>1.337</b>
Passivos	30/06/2025
Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (controlada)	(20.742.026)
<b>Obrigações por empréstimos (Nota 14)</b>	<b>(20.742.026)</b>
Tapso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	(24.596.360)
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	(350.000)
<b>Obrigações vinculadas a sub-rogação (b)</b>	<b>(24.946.360)</b>
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	(55.136)
Vitta Saúde Administradora de Benefícios Ltda. (controlador final comum)	(35.560)
Stone Logística S.A. (controlador final comum)	(19.328)
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	(3.796)
Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A. (controlada)	(1.792)
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. (controlador final comum)	(817)
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	(713)
Vitta Serviços em Saúde Ltda. (controlador final comum)	(51)
Vitta Corretora de Seguros Ltda. (controlador final comum)	(9)
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. (controlador final comum)	(4)
<b>Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 18)</b>	<b>(117.206)</b>
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	(5.214.077)
<b>Contas a pagar a estabelecimentos (c)</b>	<b>(5.214.077)</b>
Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (controlada)	(1.261.606)
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	(1.071.287)
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	(39.443)
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	(3.039)
VHSYS Sistema de Gestão S.A. (pessoal chave da administração comum)	(1.493)
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)	(213)
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	(38)
<b>Depósitos (d)</b>	<b>(2.377.119)</b>

**STONE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.****Notas explicativas**

Em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)



Receitas	Semestre findo em 30/06/2025
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	213.466
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	2.522
Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A. (controlada)	60
<b>Total (e)</b>	<b>216.048</b>

Despesas	Semestre findo em 30/06/2025
Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (controlada)	(997.940)
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	(398.283)
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)	(86.166)
STNE Participações S.A. (controlador direto comum)	(4.800)
Alpha Logo Serviços de Informática S.A. (controlador final comum)	(1.000)
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	(300)
RH Software S.A. (pessoal chave da administração comum)	(98)
APP Sistemas S.A. (controlador final comum)	(74)
<b>Total (f)</b>	<b>(1.488.661)</b>

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das transações, levando-se em consideração a redução de risco.

**Principais operações com partes relacionadas:**

(a) Valores a receber de sociedades ligadas: Em 30 de junho de 2025, os saldos referem-se substancialmente a rateios de despesas compartilhadas.

(b) Obrigações vinculadas a sub-rogação: Em 30 de junho de 2025, a Stone SCD e o FIDC Tapso, pagaram antecipadamente os valores decorrentes das transações de pagamento realizadas pela Stone IP aos estabelecimentos comerciais usuários finais recebedores, e se sub-rogou em seus direitos, se tornando os novos credores da Stone IP. Mediante solicitação, a Stone SCD paga antecipadamente os valores decorrentes das transações de pagamento realizadas pela Stone IP ou pela Pagar.me Pagamentos S.A aos estabelecimentos comerciais usuários finais recebedores. O valor registrado refere-se à disponibilização de recurso pela Stone SCD para viabilizar a liquidação antecipada pela Stone IP ou Pagar.me, que atuam na qualidade de agentes de pagamento.

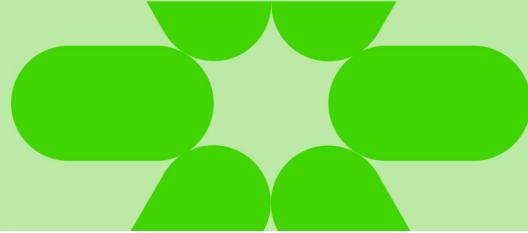
(c) Contas a pagar a estabelecimentos: Em 30 de junho de 2025, o saldo está composto por obrigações originadas em transações com cartões de débito e crédito, que foram capturadas pela Pagar.me. A atividade da Pagar.me consiste na prestação de serviço de subadquirência de estabelecimentos comerciais, com a Stone IP sendo o principal veículo de adquirência utilizado por ela.

(d) Depósitos: Em 30 de junho de 2025, os saldos referem-se a depósitos em contas de livre movimentação.

(e) Receitas: No semestre findo em 30 de junho de 2025, referem-se substancialmente a receita de juros de antecipação de recebíveis cobradas da Pagar.me.

(f) Despesas: No semestre findo em 30 de junho de 2025, o montante está composto substancialmente por despesas de juros pagos a Stone Sociedade de crédito, financiamento e investimento S.A, pela prestação de serviços de processamento de transações e de uso licenças de softwares operacionais realizados pela BUY4 Processamento de Pagamentos S.A., serviços de armazenagem e triagem de equipamentos pela Stone Logística Ltda.

A remuneração global do pessoal-chave da Administração em 30 de junho de 2025 foi de R\$ 37.908.



## 32. Pagamento baseado em ações

A Companhia possui planos de pagamento baseado em ações, segundo os quais a administração confere a empregados e outros provedores de serviços similares o direito de receber instrumentos patrimoniais (incluindo ações ou opções de ações) da StoneCo (negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) como parte de seu plano de incentivo de longo prazo, quando atendidas as condições de aquisição de direito neles especificadas.

### 32.1 Políticas contábeis

As práticas contábeis utilizadas pela Companhia, no que tange ao reconhecimento dos planos de pagamento baseado em ações, estão de acordo com as normas adotadas no Brasil (CPC 10) e aprovadas pelo BACEN. O custo dessas transações, as quais são liquidadas em ações, é mensurado pelo valor justo na data da outorga e registrado como despesa, em contrapartida do patrimônio líquido, durante o período do serviço, ou na data da concessão, em caso de serviços passados.

O valor justo das *Restricted Shares Units* ("RSUs") é o valor de mercado do instrumento na data da outorga. Para opções e *Performance Shares Units* ("PSUs"), o valor justo é calculado utilizando o modelo de precificação *Black-Scholes-Merton*, considerando os termos e condições dos planos. A condição de desempenho e a quantidade de ações que se espera emitir são mensuradas com base em dados históricos e dados modificados, quando se espera que o futuro seja razoavelmente diferente do passado, entre outros fatores.

As duas principais variáveis do modelo foram (i) taxa de juros livre de risco e (ii) volatilidade anual, com base no preço histórico das ações da StoneCo e de players similares. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica é indicativa de tendências futuras, mas que podem não ser necessariamente o resultado real.

### 32.2 Unidades de ações restritas

A Companhia outorgou RSUs e opções de ações, as quais, em sua maioria, estão condicionadas à permanência (condições de desempenho corporativo são aplicáveis a uma minoria), e habilitam o recebimento seguindo regras de período de aquisição de direito ("vesting period") estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa.

### 32.3 Unidade de ações de desempenho

Em 2022 a Companhia concedeu prêmios de PSUs, os quais deram aos beneficiários o direito de receber ações se o Grupo atingir níveis mínimos de Retorno Total ao Acionista ("RTA") para um período específico, as quais expiram se a referida condição de desempenho não for atendida. Assim como para RSUs, existem regras específicas de período de aquisição de direito para a habilitação do recebimento.

### 32.4 Movimentação de pagamento baseado em ações

As movimentações ocorridas de UARs e opções de ações são apresentadas abaixo:

	<b>RSUs</b>	<b>PSUs</b>	<b>Opções</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>5.676.639</b>	<b>2.520.212</b>	<b>24.186</b>	<b>8.221.037</b>
Outorgadas	1.514.075	110.544	—	1.624.619
Emitidas	(1.660.366)	—	—	(1.660.366)
Transferências entre empresas do grupo	(240.607)	(172.278)	—	(412.885)
Canceladas	(69.419)	(26.373)	—	(95.792)
<b>Saldo em 30 de junho de 2025</b>	<b>5.220.322</b>	<b>2.432.105</b>	<b>24.186</b>	<b>7.676.613</b>

No semestre findo em 30 de junho de 2025, foi reconhecida provisão em despesas de pessoal, incluindo encargos no valor de R\$ 82.815.

No semestre findo em 30 de junho de 2025, a Stone IP registrou na reserva de capital o montante de R\$ 40.932 para a distribuição de remuneração baseada em ações.

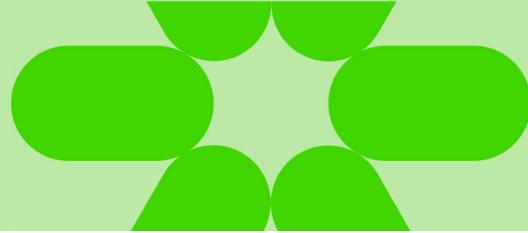
### 33. Instrumentos financeiros

#### 33.1 Instrumentos financeiros por categoria

	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
<b>Ativo</b>				
Depósitos no banco central	3.676.877	—	—	3.676.877
Contas a receber de emissores líquida de provisão de perda esperada	33.307.684	—	—	33.307.684
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão líquida de provisão de perda esperada	2.644.253	—	—	2.644.253
Rendas a receber líquida de provisão de perda esperada	166.322	—	—	166.322
Dividendos a receber	1.337	—	—	1.337
Outros ativos financeiros	32.860	—	—	32.860
Títulos e valores mobiliários	—	27.810.557	—	27.810.557
Instrumentos financeiros derivativos	—	101	—	101
	<b>39.829.333</b>	<b>27.810.658</b>	<b>—</b>	<b>67.639.991</b>
<b>Passivo</b>				
Depósitos	3.168.726	—	—	3.168.726
Obrigações vinculadas a cessão	2.597.387	—	—	2.597.387
Obrigações vinculadas a sub-rogação	24.946.360	—	—	24.946.360
Valores a repassar a estabelecimentos	18.623.611	—	—	18.623.611
Obrigações por empréstimos	22.101.699	—	—	22.101.699
Passivos de arrendamento	16.881	—	—	16.881
Dividendos a pagar	5.317	—	—	5.317
Outros passivos financeiros	439.312	—	—	439.312
Instrumentos financeiros derivativos	—	159.922	—	159.922
	<b>71.899.293</b>	<b>159.922</b>	<b>—</b>	<b>72.059.215</b>

#### 33.2 Instrumentos financeiros por hierarquia de valor justo

	Valor justo	Hierarquia
<b>Ativo</b>		
Títulos e valores mobiliários	27.810.557	I / II
Instrumentos financeiros derivativos	101	II
	<b>27.810.658</b>	
<b>Passivo</b>		
Instrumentos financeiros derivativos	159.922	II
	<b>159.922</b>	



### 33.3 Valor justo de instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela abaixo apresenta uma comparação por classe entre o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, exceto aqueles com valores contábeis que não possuem diferença material do valor justo.

	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>		
Contas a receber de emissores líquida de provisão de perda esperada	33.307.684	32.489.039
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão líquida de provisão de perda esperada	2.644.253	2.579.261
	<b><u>35.951.937</u></b>	<b><u>35.068.300</u></b>
<b>Passivo</b>		
Obrigações vinculadas a cessão	2.597.387	2.533.548
Obrigações vinculadas a sub-rogação	24.946.360	24.585.607
Valores a repassar a estabelecimentos	18.623.611	18.357.371
Obrigações por empréstimos	22.101.699	21.899.818
	<b><u>68.269.057</u></b>	<b><u>67.376.344</u></b>

### 34. Gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é feito não a nível da entidade individual Stone IP, e sim a nível do conglomerado a qual ela pertence, junto de outras empresas do Grupo StoneCo ("Stone").

A Stone IP, líder do Conglomerado Prudencial, composto por suas controladas (Nota 11) e FIDCs (Nota 5.1), possui a Diretoria de Gestão de Riscos, unidade específica segregada das unidades de negócio e da unidade executora da atividade de auditoria interna, responsável pela atividade de gerenciamento de riscos e de capital, dito isso, conforme a Resolução BCB nº 352/23, o Artigo 90, § 2º, dispensa a divulgação de informações.

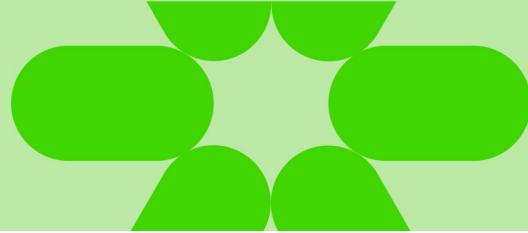
Neste contexto, o Conglomerado Prudencial possui a Norma de Gestão de Riscos e Capital para a Diretoria, que estabelece a governança a ser observada no gerenciamento de riscos e de capital, definindo estruturas e órgãos e suas respectivas atribuições. A governança é estabelecida de modo a atender aos requisitos regulatórios aplicáveis ao Conglomerado Prudencial e a buscar eficiência na gestão de riscos e capital.

As atividades da Diretoria de Gestão de Riscos permitem a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos financeiros, operacionais, sociais, ambientais, climáticos, entre outros. São adotados processos para rastreamento e reporte tempestivo de exceções às políticas de gerenciamento de riscos, aos limites e aos níveis de apetite por riscos fixados na RAS (Risk Appetite Statement).

Os tipos de risco e estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidos:

#### 34.1 Risco de mercado:

É a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Stone, e inclui o risco de taxa de juros, que é relacionado com a possibilidade de perdas financeiras resultantes de oscilação das taxas de juros de mercado, e o risco cambial, que é relacionado com a possibilidade de perdas financeiras resultantes de flutuação da taxa de câmbio. A Stone realiza o gerenciamento de Risco de mercado por meio de política interna, a qual abrange processos que resultam em exposição ao Risco de mercado e define métricas e procedimentos para gerenciamento do risco de taxa de juros e do risco cambial.



### 34.2 Risco de liquidez:

É o risco de a Stone não ser capaz de honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e/ou sem incorrer em perdas significativas. Além disso, engloba ainda a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade de mercado. Constitui, ainda, o risco de não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário. A Stone realiza o gerenciamento de Risco de liquidez por meio de política interna, que inclui cenários de estresse.

### 34.3 Risco de crédito:

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao: (i) não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; (ii) desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; (iii) reestruturação de instrumentos financeiros; ou (iv) custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

No contexto operacional do Conglomerado Prudencial, o Risco de crédito corresponde à possibilidade de inadimplência dos clientes tomadores de recursos, dos bancos emissores de cartões, subcredenciadores e estabelecimentos comerciais. O Conglomerado Prudencial dispõe de mecanismos para o monitoramento e mitigação do Risco de crédito para cada contraparte relacionada, realizando gestão ativa do portfólio nas visões de safra e carteira, bem como realizando monitoramento periódico da exposição junto aos emissores e subcredenciadores, além de estabelecer limites de crédito para cada estabelecimento comercial.

### 34.4 Risco operacional:

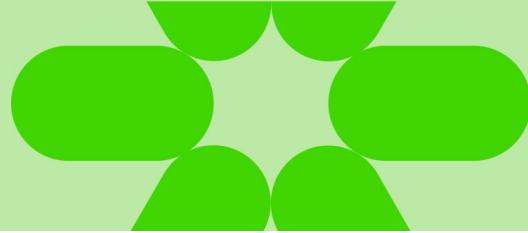
É definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Entre os eventos de Risco operacional, incluem-se: (i) fraudes internas; (ii) fraudes externas; (iii) demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; (iv) práticas inadequadas relativas a usuários finais, clientes, produtos e serviços; (v) danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; (vi) situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição ou a descontinuidade dos serviços prestados, incluindo o de pagamentos; (vii) falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); (viii) falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição, incluindo aquelas relacionadas aos arranjos de pagamento. A área de Risco operacional, que inclui Controles internos, tem como objetivo assegurar a existência e eficácia do ambiente de controle nas áreas de negócios e tecnologia da informação, por meio de programas de monitoramento e testes de controles internos. Além disso, são realizados procedimentos específicos relacionados à segurança da informação e continuidade de negócios, com avaliações dos processos críticos do Conglomerado Prudencial.

### 34.5 Segurança da informação:

Os principais riscos relacionados à segurança da informação estão associados à (i) indisponibilidade da infraestrutura e ao (ii) vazamento de dados sensíveis, incluindo credenciais de acesso de colaboradores e/ou clientes e informações relacionadas às transações de cartões de crédito.

O Conglomerado Prudencial emprega as melhores práticas de Segurança da Informação (abrangendo pessoas, processos e tecnologias) e percebe a segurança como um pilar estratégico para a continuidade de sua operação.

O Conglomerado Prudencial possui certificações de Segurança Internacionais que evidenciam o compromisso com o tema- ex.: PCI DSS (*Payment Card Industry Data Security Standard*) e ISO 27001.



### 34.6 Riscos de fraude:

A fraude é associada a práticas enganosas, ilegais ou desonestas com o intuito de obter vantagens financeiras indevidas. Os eventos associados ao tema são: (i) fraudes internas; (ii) fraudes externas. O processo de prevenção a fraudes engloba medidas, estratégias e sistemas desenvolvidos e implementados com o objetivo de prevenir, detectar ou minimizar atividades fraudulentas. Por meio de nossos processos e atividades de controles e monitoramentos contínuos, nossa missão principal é minimizar perdas financeiras provenientes de fraudes para o Conglomerado Prudencial, assim como garantir que nossos clientes estejam cumprindo com as regras do mercado de pagamentos, de acordo com estipulado pelas Bandeiras e pelo BACEN do Brasil.

### 34.7 Riscos sociais, ambientais e climáticos:

O Conglomerado Prudencial considera os Riscos Social, Ambiental e Climático como parte integrante de sua gestão de riscos. Esses riscos estão relacionados a eventos que podem resultar em perdas relacionadas a condução dos negócios, atividades e processos do Conglomerado:

- Risco Social: Relaciona-se à possibilidade de perdas decorrentes de violações de direitos fundamentais ou atos prejudiciais ao interesse comum.
- Risco Ambiental: Refere-se à possibilidade de perdas causadas por eventos relacionados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.
- Risco Climático: Envolve a possibilidade de perdas devido a eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono e à possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

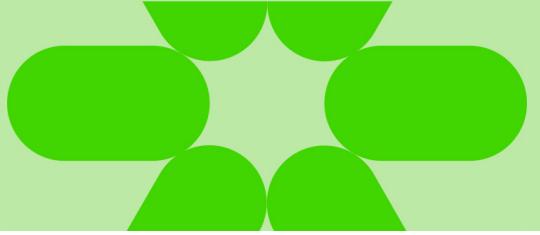
Para gerir esses riscos, o Conglomerado Prudencial adota sistemas, rotinas e procedimentos que têm como objetivo identificar, avaliar, mensurar, monitorar e mitigar seus efeitos. Periodicamente, são avaliados o impacto e a probabilidade dos riscos, bem como a mensuração das perdas e prejuízos decorrentes.

Ademais, o Conglomerado Prudencial busca tomar decisões conscientes e responsáveis em sua cadeia de valor, equilibrando oportunidades de negócios com responsabilidade social, ambiental e climática, contribuindo para o desenvolvimento das regiões que atuamos. Além dos riscos citados, a área de gestão de riscos é responsável pela identificação das potenciais perdas decorrentes das interações entre eles, e pela gestão do capital regulatório.

### 34.8 Compliance:

O time de Compliance conduz procedimentos relacionados ao gerenciamento do Risco de Conformidade de acordo com as definições e as orientações contidas na Política de Conformidade, fundamentada nos requisitos da Resolução BCB nº 65/21 e boas práticas de mercado. Neste contexto, o time monitora a aderência da instituição ao arcabouço regulatório, às recomendações dos órgãos de supervisão, bem como aos normativos internos do Conglomerado Prudencial por meio das atividades de compliance assessments (testes de conformidade). Ademais, acompanha e monitora a resolução de eventuais descumprimentos legais e regulamentares apontados pela auditoria independente.

O time de Compliance é também responsável pelo Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo, nos termos da Circular nº 3.978/20 e alterações, garantindo a aplicação dos procedimentos de Conheça seu Cliente, Conheça seu Parceiro, Conheça seu Fornecedor e Conheça seu Colaborador prévio ao início de relacionamento, além de monitorar continuamente as relações de negócios e transações que ocorrem no âmbito da Instituição objetivando selecionar, analisar e comunicar comportamentos e operações com indícios de atipicidade. Também atua à frente de garantir aplicação de treinamento e ações de aculturamento aos colaboradores e parceiros e fornecedores chaves da Instituição.



Além de zelar pela gestão do Código de Conduta e Ética, bem como prestar suporte e atendimento ao Canal de Denúncias disponível através de canais internos e externos amplamente divulgados pela organização. Por fim, o time de Compliance também possui a atribuição de atuar no papel de ser a voz do cliente à frente do canal de Ouvidoria da Instituição, garantindo assim a disponibilização de um canal de 02º instância no suporte e solução às necessidades de cada cliente a fim de alcançar sua satisfação.